

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Mariana Gomes Rodrigues

**A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA E A DEPENDÊNCIA BANCÁRIA
UM ESTUDO PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS PORTUGUESAS**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Contabilidade e
Finanças, com especialização em Contabilidade, orientado pela
Professora Doutora Liliana Marques Pimentel e apresentado à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**

Outubro de 2021



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Mariana Gomes Rodrigues

**A Qualidade da Informação Financeira e a
Dependência Bancária:
Um Estudo para as Pequenas e Médias Empresas Portuguesas**

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças, apresentado
à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Entidade de Acolhimento: *Numeraris* – Accounting & Reporting, Lda.

Orientador Académico: Prof.^a Dra. Liliana Marques Pimentel

Supervisor Profissional: Dr. Miguel Augusto Rodrigues Matos Torres

Coimbra, outubro de 2021

Agradecimentos

Prestes a terminar mais uma etapa do meu percurso académico, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que este momento se realizasse.

À Professora Doutora Liliana Marques Pimentel, por ter aceitado o desafio de me orientar neste relatório, por ter partilhado comigo os seus conhecimentos e, principalmente, pelo exemplo de pessoa e de mulher que é.

À *Numeraris*, na pessoa do Doutor Miguel Matos Torres, pela oportunidade, pela paciência, pela ajuda e pelo apoio que me deu durante todo o estágio

A todos os meus colegas de estágio, principalmente à Mariana Santos, à Filipa Mendes e à Daniela Barbosa, pela amizade, pela ajuda e pelo encorajamento diário.

Às minhas colegas e amigas de mestrado, por estarem sempre presentes e tornarem esta jornada muito mais fácil, rica e completa, em particular à Raquel Gama, que me acompanhou em tudo, desde o início.

Às Verdadeiras, amigas de sempre e para sempre, por estarem à distância de um clique, disponíveis a qualquer hora e a qualquer momento.

A toda a minha família, mesmo a mais distante, por contribuírem para o que sou hoje.

Ao meu André pela presença, pela companhia e pelo apoio constantes.

À minha irmã que, desde o início desta jornada, se destacou como sendo a minha maior fonte de motivação.

Aos meus pais, peças fundamentais da minha vida, exemplos de força, determinação e coragem, sem os quais nada teria sido possível. Não só neste momento, mas desde sempre.

A todos, o meu sincero obrigada!

A fé e a razão (fides et ratio) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de O conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio (cf. Ex 33, 18; Sal 2726, 8-9; 6362, 2-3; Jo 14, 8; 1 Jo 3, 2).

In Carta Encíclica Fides et Ratio do Sumo Pontífice João Paulo II

Resumo

O presente relatório de estágio foi elaborado após um estágio curricular de seis meses, que se desenvolveu na empresa *Numeraris – Accounting and Reporting, Lda.*, na área de contabilidade e fiscalidade.

Neste estágio foram desenvolvidas atividades de caráter geral, como um manual de procedimentos; de caráter contabilístico, como o registo de documentos e reconciliações bancárias; de caráter fiscal, como o preenchimento e envio de declarações fiscais; e, ainda, de caráter organizacional, como o Relatório Único.

Tal como a *Numeraris*, e todos os seus clientes, a maior parte das empresas em Portugal são micro, pequenas e médias empresas (PME), que, apesar de terem à sua disposição diversas formas de financiamento, enfrentam numerosas barreiras para aceder a estas, tendo a banca como principal fonte de crédito.

Neste relatório de estágio, em termos empíricos, desenvolveu-se uma pequena análise sobre a relação existente entre a qualidade da informação financeira (QIF), divulgada pelas PME portuguesas, e a dependência bancária (DBANC), tendo por base o estudo de Martins e Moreira (2008), e partindo do pressuposto de que as empresas com uma maior dependência bancária tendem a prestar informação contabilística de maior qualidade.

Tendo por base estudos anteriores, foi usado um procedimento bastante comum neste tipo de abordagens para operacionalizar a QIF: através do cálculo dos *accruals* discricionários, utilizando uma versão modificada do Modelo de Jones (1991). Quanto à operacionalização da DBANC, recorreu-se ao rácio entre o endividamento de curto prazo e o ativo total do período precedente. No que toca à relação entre estas duas variáveis (QIF e DBANC), usou-se um modelo econométrico linear para a testar.

Os resultados obtidos neste estudo não foram totalmente conclusivos, contudo, indicam que a hipótese de partida tinha fundamento, visto que existe uma relação entre as duas variáveis, embora, esta relação não seja, como se esperava, positiva e linear.

Palavras-chave: Qualidade da Informação Financeira, Dependência Bancária, *Accruals*, PME.

Abstract

This internship report was elaborated after a six months curricular internship that took place at *Numeraris – Accounting and Reporting, Lda.*, in accounting and taxation.

At this internship were developed activities of general nature, as well as, a manual of procedures; of accounting nature, as well as, documents registration and bank reconciliation; of fiscal nature, as well as, filling and delivering taxes declarations; and, also, of organisational nature, as well as, the *Relatório Único*.

Along with *Numeraris*, and all its clients, most of Portuguese enterprises are small and medium enterprises (SME), that, despite having various financial instruments available to consider, also face numerous barriers to reach them, having the banking sector as their top creditor.

In this internship report, empirically, was developed a small analysis about the existing relationship between accounting information quality (AIQ), published by Portuguese SME, and bank dependence (BANKD), using, as a base study, the research made by Martins e Moreira (2008), and based on the assumption that all enterprises with higher bank dependence tend to provide high quality accounting information.

Using prior studies as a base, a very common procedure was adopted to operationalize AIQ: through discretionary accruals determination, using the modified version of Jones model (1991). In terms of operationalizing BANKD was employed the ratio between short-term debt and total assets of the previous period. Regarding to the relationship between these two variables (AIQ e BANKD), a linear econometric model was applied.

The results achieved in this study were not totally conclusive, however, indicate that the starting hypothesis had fundament, as long as a relationship between the two variables in study exists, although, this relation is not, as expected, positive and linear.

Keywords: Accounting Information Quality, Banking Dependence, Accruals, SME.

Índice de Figuras

Figura 1 - Logótipo da Numeraris-Accounting and Reporting, Lda.6

Figura 2 - Organigrama da Numeraris-Accounting and Reporting, Lda.....8

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Análise SWOT da Numeraris-Accounting and Reporting, Lda.....	9
Tabela 2 - Descrição da Amostra	46
Tabela 3 - Estatísticas Descritivas da Amostra	47
Tabela 4 – Coeficientes de Correlação.....	48
Tabela 5 - Modelo I.....	49

Lista de Siglas e Acrónimos

AIMI – Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis

AT – Autoridade Tributária e Aduaneira

BEI – Banco Europeu de Investimento

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

CE – Comissão Europeia

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

FCT – Fundo de Compensação do Trabalho

FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento

FEI – Fundo Europeu de Investimento

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IES – Informação Empresarial Simplificada

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NC-ME – Normativo Contabilístico para Microentidades

NC-PE – Normativo Contabilístico para Pequenas Entidades

PER – Plano Especial de Revitalização

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNB – Produto Nacional Bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade

QIF – Qualidade de Informação Financeira

RU – Relatório Único

SAF-T – *Standard Audit File for Tax Purposes*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SS – Segurança Social

UE – União Europeia

Índice Geral

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Índice de Figuras.....	v
Índice de Tabelas.....	vi
Lista de Siglas e Acrónimos.....	vii
Introdução.....	1
Parte I – O Estágio Curricular.....	4
1. Entidade de Acolhimento.....	5
1.1. Breve Apresentação da Entidade.....	5
1.2. Missão, Visão e Valores.....	6
1.3. Serviços Prestados pela Entidade.....	7
1.4. Organigrama da Entidade.....	8
1.5. Análise SWOT da Entidade.....	8
2. Objetivos do Estágio Curricular.....	9
3. Atividades Realizadas na Entidade de Acolhimento.....	11
3.1. Atividades de Caráter Geral.....	11
3.1.1. Calendário Fiscal.....	11
3.1.2. Glossário e Formulário.....	12
3.1.3. Manual de Procedimentos.....	12
3.2. Atividades de Caráter Contabilístico.....	13
3.2.1. Análise Contabilística para Processo de Insolvência de Empresas.....	13
3.2.2. Processo Especial de Revitalização de Empresas.....	13
3.2.3. Solicitação, Receção, Organização e Arquivo dos documentos contabilísticos.....	14
3.2.4. Registo dos documentos contabilísticos.....	15

3.2.5.	Reconciliação bancária	16
3.2.6.	SAF-T	16
3.3.	Atividades de Caráter Fiscal	17
3.3.1.	Declaração Periódica do IVA	17
3.3.2.	Declaração do Modelo 22 do IRC.....	18
3.4.	Atividades de Caráter Organizacional.....	18
3.4.1.	Inscrição de Funcionários	18
3.4.2.	Relatório Único.....	19
4.	Análise Crítica do Estágio Curricular.....	19
Parte II – Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura		21
5.	A Qualidade de Informação Financeira e a Dependência Bancária	22
5.1.	As PME	22
5.1.1.	A Definição de PME.....	22
5.1.1.1.	Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio	23
5.1.1.2.	Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho	24
5.1.2.	A Importância das PME.....	25
5.1.3.	Vantagens e Desvantagens das PME	26
5.1.4.	Apoios para PME.....	28
5.2.	A Qualidade de Informação Financeira e a Dependência Bancária.....	30
5.2.1.	A Dependência Bancária.....	30
5.2.2.	A Qualidade de Informação Financeira	32
5.2.2.1.	O conteúdo informativo dos resultados	33
5.2.2.2.	A informação sobre o perfil de risco da empresa e a ação de gestão ...	34
5.2.2.3.	O grau de conservadorismo.....	35
5.2.2.4.	A variabilidade dos resultados.....	36
5.2.2.5.	O conteúdo monetário dos resultados.....	36

5.2.2.6. A persistência dos resultados.....	37
5.2.3. Influência da Dependência Bancária na Qualidade da Informação Financeira	37
Parte III – Estudo Empírico.....	40
6. Metodologia.....	41
6.1. Desenvolvimento da Hipótese de Investigação.....	41
6.2. Operacionalização de “Qualidade de Informação Financeira”	42
6.2.1. Modelo de estimação dos <i>accruals</i> discricionários.....	42
6.3. Modelo de Análise	44
6.4. Seleção e Descrição da Amostra.....	45
7. Análise de Resultados.....	48
7.1. Resultados básicos do efeito da “Dependência Bancária”	48
Conclusões.....	51
Referências Bibliográficas.....	53
Anexos	57

Introdução

O presente relatório de estágio resulta do trabalho desenvolvido, durante seis meses, na *Numeraris – Accountitng & Reporting, Lda.*, empresa criada em julho de 2020 e sediada em Viseu. A *Numeraris* é uma entidade do setor terciário que presta serviços de contabilidade e consultoria fiscal, dividindo-se entre contabilidade e *reporting*, assessoria fiscal e institucional, recursos humanos, *corporate finance*, risco e *compliance*, formação e gestão documental.

O Estágio Curricular foi realizado na área de contabilidade, tendo sido desempenhada a função de *trainee*. Os objetivos deste estágio eram os de consolidar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico e adquirir experiência profissional e uma mais fácil inserção no mercado de trabalho, tendo sido planificadas tarefas na área de contabilidade financeira e, também, de contabilidade de gestão. Ao longo do período de estágio foram desenvolvidas tarefas (1) de carácter geral, como a criação de um manual de procedimentos; (2) de carácter contabilístico, como análises contabilísticas a empresas externas, organização, arquivo e registo de documentos e reconciliações bancárias; (3) de carácter fiscal, como o preenchimento e envio da declaração periódica do IVA e do Modelo 22 do IRC; e (4) de carácter organizacional, como o Relatório Único.

Tal como a *Numeraris*, e todas as empresas às quais esta presta serviços, a grande maioria das empresas em Portugal são micro, pequenas e médias empresas (PME), cuja definição varia de acordo com o conceito definido pelo IAPMEI, previsto na Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio, e com o conceito para fins contabilísticos, definido pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Chotas, 2020). Ambas as definições tiveram como objetivo distinguir as PME das grandes empresas e, assim, salvaguardar que certos benefícios apenas são utilizados pelas empresas mais pequenas (Comissão Europeia, 2015).

É nas PME nestas empresas que se desenvolvem as ideias, os processos e os serviços que as grandes empresas não têm capacidade de gerar devido à sua operação em grandes escalas (Keskin *et al.*, 2010). Contudo, e não obstante a importância das PME para a economia, estas empresas enfrentam mais barreiras do que as grandes empresas no acesso a financiamento, mesmo tendo à sua disposição uma vasta rede de opções. Neste sentido, a forma mais comum de financiamento das PME é o crédito bancário, sendo

este cedido tendo em conta a credibilidade de cada empresa, pois, segundo Andreas (2019), a percentagem de cessão de créditos aumenta de acordo com a transparência de informação.

A relação entre uma PME e uma instituição bancária é fundamental para o financiamento destas empresas, sendo a sua rendibilidade maior se existir um relacionamento deste tipo (Silva e Braga, 2014). Esta relação é baseada em confiança que se adquire através de experiências positivas que ocorrem entre os intervenientes (Matias, 2009), que gera outros efeitos positivos como a redução da assimetria de informação (Hernandez-Canovas e Martinez-Solano, 2010). Em Portugal, as relações entre as PME e a banca tendem a ser de curta duração e a necessitar de renovação e, sendo o contexto económico e legal do país caracterizado por um forte alinhamento entre a contabilidade e a fiscalidade, a atividade de reporte financeiro por parte das empresas pode ser influenciada por dois motivos contraditórios: um relato financeiro mais fidedigno para que os financiadores tenham uma perceção mais verdadeira da empresa ou uma pressão para minimizar o imposto sobre o rendimento a pagar, sendo que esta última deteriora a qualidade da informação financeira (Moreira, 2006).

Para as PME terem acesso aos créditos bancários devem satisfazer alguns critérios definidos pelos financiadores, sendo um deles a disponibilização de informação contabilístico-financeira de modo a dar a conhecer a sua situação económica aos bancos. Alguns estudos apontam que a QIF está positivamente correlacionada com a concessão de créditos, pois reportar informação contabilística com qualidade potencia o conhecimento da empresa por parte da banca, reduzindo assim as assimetrias de informação e facilitando o acesso ao crédito.

O presente estudo, tendo por base o estudo efetuado por Oscarina Martins e José Moreira, 2008, “Endividamento Bancário e a Qualidade da Informação Financeira: um estudo para o caso português”, pretende testar se a QIF está diretamente relacionada com a dependência financeira, sendo que, como supracitado, se espera que sejam variáveis positivamente correlacionadas. Para o desenvolvimento deste trabalho usou-se uma amostra de 15294 PME portuguesas e adotou-se uma abordagem econométrica simples, baseada num modelo de regressão linear, que explica a QIF a partir dos seus principais determinantes.

Este trabalho está estruturado em três partes. A primeira diz respeito ao Estágio Curricular e divide-se pelo capítulo 1, acerca da Entidade de Acolhimento, o capítulo 2,

onde constam os Objetivos do Estágio Curricular, o capítulo 3, que discrimina as Atividades Realizadas na Entidade de Acolhimento, e, por fim, o capítulo 4, da Análise Crítica do Estágio Curricular. A segunda parte corresponde ao Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura, onde consta o capítulo 5 acerca do Endividamento Bancário e a Qualidade de Informação Financeira. Por fim, a terceira parte, divide-se pelo capítulo 6, Metodologia, e o capítulo 7, Análise de Resultados.

Parte I – O Estágio Curricular

1. Entidade de Acolhimento

Para a conclusão do Mestrado em Contabilidade e Finanças, e respetiva obtenção do grau de mestre, foi escolhida a realização de um Estágio Curricular, e, respetivo relatório de estágio, como caminho alternativo à dissertação, o que se deve ao facto de o Estágio Curricular proporcionar uma integração no ambiente empresarial e, também, a aquisição de alguma experiência profissional.

O estágio desenvolveu-se na área de Contabilidade e Fiscalidade e, para a escolha da entidade de acolhimento, para além da sua área de atuação, foram tidos em conta critérios como a proximidade à residência, tendo por isso a pesquisa de entidades ficado limitada às regiões Centro e Sul do distrito de Viseu. Depois de enviados vários currículos e algumas entrevistas feitas, a entidade escolhida foi a *Numeraris – Accounting and Reporting, Lda*.

Neste capítulo é apresentada a entidade de acolhimento. Na primeira secção apresenta-se a entidade; na segunda a sua missão, a sua visão e os seus valores; na terceira os serviços prestados pela entidade; na quarta o organigrama da organização; e, por fim, na quinta secção, uma análise SWOT da entidade.

1.1. Breve Apresentação da Entidade

A *Numeraris – Accounting and Reporting, Lda.*, avante designada somente por *Numeraris*, é uma entidade que pertence ao setor terciário, mais especificamente à atividade de prestação de serviços, com CAE principal 69200 (Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal).

Esta empresa foi criada a 23 de julho de 2020 pela necessidade de gerar eficiência na contabilidade e reporte das empresas e, também, com o objetivo de prestar serviços de contabilidade para as empresas, oferecendo uma gama completa de serviços, tais como, contabilidade e relato financeiro, assessoria fiscal, recursos humanos, *corporate finance*, risco e *compliance*, incentivos, formação e gestão documental. A *Numeraris* tem sede na Rua Silva Gaio, N.º 31, 1º C, 3500-139 Viseu.

A *Numeraris*, para além dos motivos supracitados, destaca-se ainda por ter desenvolvido uma aplicação móvel que permite que o cliente tenha acesso à sua contabilidade a partir do telemóvel. A *MyNumeraris*, denominação dada à aplicação móvel, garante uma maior eficiência na gestão da contabilidade, tendo também

disponível um calendário fiscal, envio de alertas acerca das obrigações fiscais e respetivos pagamentos, relatórios periódicos acerca da organização e, ainda, um simulador de salários, que permite calcular vencimentos.

A *Numeraris* tem ainda outra particularidade. Internamente, está dividida em três setores: a *Numeraris – Accounting and Reporting*, a *Numeraris’ Academy* e a *Numeraris’ Consulting*. A primeira já foi descrita e desenvolve atividades de contabilidade, a segunda é a que se destina à prestação de serviços de formação, e a terceira presta serviços de consultoria empresarial a pessoas singulares ou coletivas.

Quanto ao capital humano, a *Numeraris* tem, atualmente, três trabalhadores próprios, estando constantemente à procura de novos talentos que valorizem a empresa.



Figura 1 - Logótipo da Numeraris-Accounting and Reporting, Lda.

1.2.Missão, Visão e Valores

A *Numeraris* define a sua missão como a prestação de serviços de contabilidade de excelência, mantendo os mais elevados padrões de qualidade, integridade e profissionalismo, indo ao encontro das necessidades atuais e futuras dos clientes e ajudando-os a alcançar o sucesso a longo prazo. Sendo sempre uma prioridade respeitar os trabalhadores, criando harmonia entre o trabalho e a vida pessoal dos mesmos, assim como, um ambiente de trabalho inovador e dinâmico.

Esta entidade tem como visão ser uma empresa de referência no mercado, assumindo o compromisso da implementação de uma transformação digital na sua estrutura, e na estrutura dos seus clientes, através de processos cada vez mais digitais, com o desenvolvimento de *software in-house* e de ferramentas e plataformas *online* que gerem um aumento de eficiência interna, mas, também, externa.

Quanto aos valores, a *Numeraris* caracteriza-se pela inovação, transparência, melhoria contínua, integridade e ética profissional, valorização e satisfação dos trabalhadores, espírito de equipa e responsabilidade social e ambiental.

1.3.Serviços Prestados pela Entidade

A *Numeraris* oferece uma vasta gama de serviços, como Contabilidade e *Reporting*, Assessoria Fiscal e Institucional, Recursos Humanos, *Corporate Finance*, Risco e *Compliance*, Incentivos, Formação e Gestão Documental, moldados pelas necessidades de cada um dos seus clientes, de forma a proporcionar o melhor serviço de contabilidade possível.

No âmbito da Contabilidade e *Reporting*, trata da execução de contabilidade financeira e analítica, da elaboração de demonstrações financeiras, da reconciliação e análise de contas e da implementação de Sistemas de Informação e de Controlo de Gestão.

Com a Assessoria Fiscal e Institucional, auxilia na análise e *report* de legislação fiscal e contabilística, no preenchimento de questionários institucionais, na reestruturação operacional das empresas e na implementação de auditorias de ambiente, qualidade, entre outros.

Na área de Recursos Humanos, presta assessoria laboral e elabora contratos e, também, realiza processamento de salários, gestão de pagamentos de contribuições e impostos, e mapas para as respetivas autoridades competentes.

Na esfera de *Corporate Finance*, oferece assessoria na otimização financeira, na constituição de empresas e fundos de investimento, na constituição de obrigações e *corporate finance*, em grupos de sociedades e reestruturações empresariais.

Quanto a Risco e *Compliance*, fornece auditorias de risco financeiro, implementação e otimização de sistemas de controlo, definição e implementação de metodologias de manuais e procedimentos e *compliance* do regime de proteção de dados pessoais.

No que toca aos Incentivos, trata de atrair investimento, através de benefícios fiscais, incentivos à criação de postos de trabalho, incentivos ao investimento e fundos comunitários.

Em relação à Formação, a *Numeraris* dispõe de um completo catálogo de ofertas de formação nas áreas de contabilidade, fiscalidade, finanças, recursos humanos, informática, entre outros.

Por fim, quanto à Gestão Documental, assegura o registo e classificação, o arquivo e digitalização, e a agregação de documentos, e, também, a organização de *dossiers* e o controlo de acessos à informação.

1.4. Organograma da Entidade

Com o intuito de facilitar a compreensão da estrutura da *Numeraris*, apresenta-se abaixo um organograma da empresa.

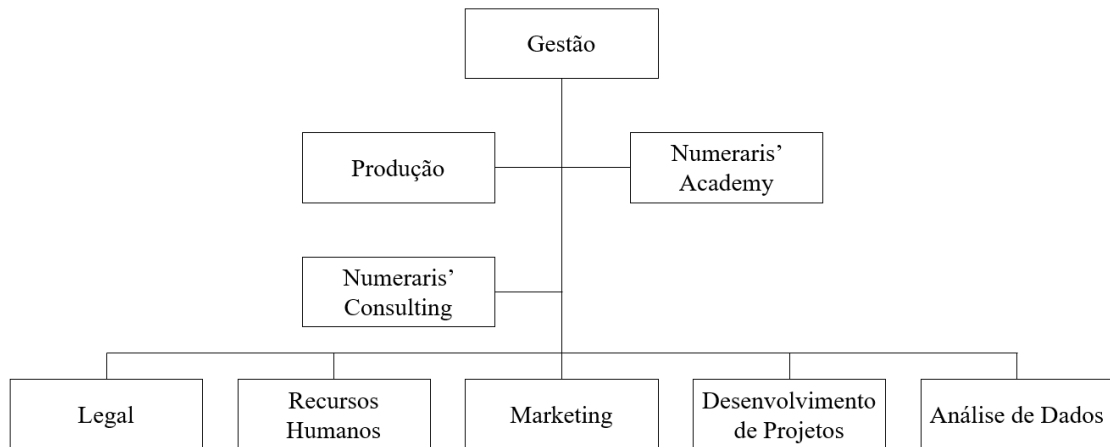


Figura 2 - Organograma da Numeraris-Accounting and Reporting, Lda.

Com uma estrutura relativamente simples, no topo da hierarquia encontra-se a gestão, imediatamente seguida pela produção e *Numeraris' Academy*, seguidamente a *Numeraris' Consulting* e, no último nível, os departamentos legal, de recursos humanos, de *marketing*, de desenvolvimento de projetos e de análise de dados.

1.5. Análise SWOT da Entidade

A análise SWOT é um método que permite analisar organizações internamente, em termos de pontos fortes (*Strengths*) e pontos fracos (*Weaknesses*), e externamente, em termos de oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*). Estas perspetivas de análise deram origem ao acrónimo, ou sigla, “SWOT” (Tamo, 2006).

Quanto aos fatores internos, estes dividem-se entre pontos fortes e pontos fracos e representam as vantagens e as desvantagens de uma organização em relação aos seus concorrentes, sendo que estes pontos estão sob o controlo da entidade. No que concerne aos fatores externos, estes dizem respeito ao meio envolvente e quais são as oportunidades ou as ameaças que esse meio apresenta, estando estes fatores fora do controlo da organização. Na tabela seguinte encontra-se a Análise SWOT da *Numeraris*.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> · Equipa unida, competente e motivada · Trabalhadores em constante formação · Flexibilidade e rapidez de ação · Inovação e transformação tecnológica · Diversidade de atuação · <i>App MyNumeraris</i> · Boa localização 	<ul style="list-style-type: none"> · Empresa recente no mercado, com pouco reconhecimento · Equipa jovem e em formação · Carteira de clientes diminuta · Acessos difíceis
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Aumento de procura e consequente crescimento do setor · Inovação tecnológica constante · Utilização das tecnologias de informação · Contabilidade <i>online</i> · Investimento em plano de <i>marketing</i> · Desenvolvimento económico da região 	<ul style="list-style-type: none"> · Concorrência · Evolução dos sistemas de informação · Atualização da legislação · Estagnação da economia

Tabela 1 - Análise SWOT da Numeraris-Accounting and Reporting, Lda

Percecionar as características internas e externas de uma organização é um ponto chave para a tomada de decisão de qualquer tipo de empresa. Sendo que a empresa deve investir nos pontos fortes, até estes atingirem o seu máximo, e minimizar os efeitos dos pontos fracos, estando atenta às oportunidades e ameaças do ambiente externo, com o objetivo de aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças (Tamo, 2006).

2. Objetivos do Estágio Curricular

O Estágio Curricular teve duração de seis meses, de 18 de Janeiro a 18 de Julho de 2021, em Viseu, na empresa *Numeraris – Accounting & Reporting, Lda*. Devido à situação pandémica que o mundo atravessa, e ao facto de o estágio ter começado numa das piores fases da pandemia, com números muito elevados de casos e de mortes diários, em que as faculdades, nomeadamente a FEUC, estavam em ensino *online*, essa

condição foi também exigida às empresas que estariam a acolher estagiários, pelo que o estágio foi desenvolvido, maioritariamente, à distância. Não obstante, tudo se desenvolveu dentro dos parâmetros pré-estabelecidos.

Este estágio visava, por um lado, consolidar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico e, por outro, oferecer experiência profissional e uma mais fácil inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, o plano de estágio, definido pela empresa, em parceria com a FEUC, englobava atividades de áreas-chave de Contabilidade, como é o caso da Contabilidade Financeira e da Contabilidade de Gestão.

Na área da Contabilidade Financeira, era pretendido um entendimento da contabilidade enquanto sistema de informação e relato financeiro, através da análise de conceitos, métodos e técnicas. Realizando atividades relacionadas com (1) registo e lançamento; (2) análise de Regulamentos e Diretivas da União Europeia; (3) elaboração de Demonstrações Financeiras; e, também, (4) análise dos ciclos das operações (correntes, de investimento, de financiamento e prestação de contas) numa entidade económica. Ainda no âmbito da Contabilidade Financeira era esperado que, no final do estágio, tivesse sido desenvolvido um aprofundado conhecimento ao nível do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que, neste sentido, fossem analisados investimentos financeiros, concentrações de atividades empresariais, procedimentos inerentes à dissolução, liquidação e partilha de sociedades e, por fim, exemplos de Grupos e respetiva Consolidação de Contas.

Quanto à área da Contabilidade de Gestão e, mais especificamente, no que toca a Controlo de Gestão, era previsto que fosse adquirida visão estratégica entre a contabilidade e o controlo de gestão, mediante (1) o acompanhamento de situações concretas de tomada de decisão, a concretização da estratégia e a criação de valor nas organizações; (2) o planeamento e construção de orçamentos; e (3) a seleção, construção e uso de instrumentos de controlo de gestão adequados.

Ainda no contexto dos objetivos do Estágio Curricular, estava também planeado que, tendo em conta o facto de a *Numeraris* privilegiar e incentivar a partilha de conhecimento e de ideias, no decorrer do estágio, fossem propostos temas para o desenvolvimento de breves artigos, guias ou outros materiais para serem partilhados internamente e com clientes e parceiros.

As tarefas desenvolvidas eram atribuídas conforme a necessidade da empresa, maioritariamente pelo supervisor do estágio e, sempre que realizadas pela primeira vez, eram alvo de um rigoroso acompanhamento por parte de elementos especializados da equipa. No capítulo seguinte discriminam-se e explicam-se, devidamente, as tarefas realizadas.

3. Atividades Realizadas na Entidade de Acolhimento

O Estágio Curricular, como já foi referido, foi realizado maioritariamente à distância, tendo sido, previamente, disponibilizados todos os materiais necessários para que tudo se desenvolvesse com normalidade.

No primeiro contacto, através de uma sessão *Zoom*, foi apresentada a empresa e a respetiva equipa de trabalho, assim, como alguns métodos de trabalho da organização. Posteriormente, foram disponibilizados os dados de *login* às diferentes plataformas, utilizadas para comunicar interna e externamente, e, seguidamente, foi dado acesso aos conteúdos informáticos relevantes para a realização do estágio.

Ao longo do estágio foram desenvolvidas várias tarefas, nomeadamente nas áreas da Contabilidade, Fiscalidade e Recursos Humanos, de modo a atingir os objetivos referidos no capítulo anterior.

3.1. Atividades de Caráter Geral

3.1.1. Calendário Fiscal

Uma das primeiras tarefas que ajudei a desenvolver foi o calendário fiscal da empresa, tendo em conta documentos publicados pela AT, com todas as obrigações anuais, para pessoas singulares e coletivas, separadas por meses, e discriminadas quanto ao seu modelo, local de entrega e método de pagamento (Ver anexo 1).

Este calendário tem como objetivo promover boas práticas no cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais regulares das pessoas singulares e das pessoas coletivas, sendo utilizado, internamente, como suporte fundamental no exercício das funções de contabilista, visando a simplificação, harmonização e eficácia dos procedimentos e permitindo ganhos de eficiência e produtividade internos.

3.1.2. Glossário e Formulário

Outra tarefa que me foi dada, foi a realização de um glossário e de um formulário, de termos e fórmulas, respetivamente, que fossem necessários para análises contabilísticas e financeiras. Este foi feito através de pesquisas de conceitos importantes para a área, mas, também, aquando da realização das funções diárias e à medida que certas dúvidas, em noções e em conceitos, iam surgindo e eram consideradas relevantes. Após esta pesquisa e após a construção do glossário e do formulário, inseri tudo no *site* da empresa.

A *Numeraris* aposta muito em tecnologia e um dos seus objetivos é ser líder em pesquisas na *internet*, foi neste sentido que este glossário contabilístico, fiscal e financeiro e, também, este formulário, foram publicados *online*: para disponibilizar no *site* e ser acedido por qualquer pessoa com interesse na definição ou na fórmula em causa (através do link <https://Numeraris.com/academy/glossary> Ver anexo 2).

3.1.3. Manual de Procedimentos

Desenvolvi, também, um Manual de Normas e Procedimentos Internos, tendo em conta um documento pré-existente, mas, tendo em conta que este último era bastante elementar, foi necessário investir muito tempo na sua atualização.

Este documento, desenvolvido segundo a estrutura definida pela norma ISO 9001¹, tinha como objetivo uniformizar os procedimentos da empresa e atuar como um guia para as atividades diárias. Contendo partes mais teóricas, relacionadas com a contabilidade e os seus conceitos, e, partes mais práticas, relacionadas com as atividades realizadas pelos contabilistas, como por exemplo, os passos a seguir aquando da receção de correspondência, como fazer lançamentos contabilísticos na plataforma, como admitir trabalhadores no sítio da *internet* da Segurança Social e, até mesmo, o que escrever num *e-mail* de inclusão de trabalhadores na apólice do seguro de acidentes de trabalho.

¹ A ISO 9001 é a norma de Sistemas de Gestão mais utilizada mundialmente, sendo referência internacional para a Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade. Aplica o ciclo PDCA de melhoria contínua e integra o pensamento baseado em risco.
In <https://www.apcergroup.com/pt/certificacao/pesquisa-de-normas/81/iso-9001> acessado em 15 de junho de 2021.

3.2. Atividades de Caráter Contabilístico

3.2.1. Análise Contabilística para Processo de Insolvência de Empresas

Realizei análises contabilísticas a empresas, analisando elementos dos últimos três exercícios, como o Balancete Geral, a IES, o Modelo 22, Mapas de Mais-valias e Menos-valias (Modelo 31) e Mapa de Depreciações e Amortizações (Modelo 32) do IRC, Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, listagem de *stocks*, entre outros, com o objetivo de verificar se a empresa em estudo se encontrava insolvente.

A *Numeraris' Consulting* presta serviços de contabilidade em variadas empresas, nomeadamente, para uma Sociedade de Administração de Insolvências, sendo uma das tarefas mais recorrentes a realização de análises contabilísticas a empresas possivelmente insolventes com o objetivo de averiguar se a empresa em estudo se encontra, efetivamente, insolvente. Nesta análise pretende-se aferir se a empresa tem clientes com valores em dívida (através da conta 21, no Balancete Geral), qual o lucro tributável/prejuízo fiscal, quais os valores consideráveis presentes no Balanço, se a empresa ainda tem trabalhadores ao serviço, quais as contas bancárias tituladas pela sociedade, entre outros. Consultando todos estes dados é possível apurar se a empresa se encontra insolvente, de acordo com o n.º1 do artigo 3º do CIRE “*É considerado em situação de insolvência o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas.*”, baseando-se no critério do balanço (n.º2 do mesmo artigo) ou no critério do fluxo de caixa (n.º3 do mesmo artigo).

3.2.2. Processo Especial de Revitalização de Empresas

Também no âmbito da *Numeraris' Consulting* fiz parte de uma equipa que realizou um Plano Especial de Revitalização (PER) de uma empresa bastante relevante e conceituada no setor em que está inserida. Um PER é um procedimento judicial, entre o devedor e os credores, tendo em vista obter um acordo que permita a efetiva recuperação do devedor.

Neste PER a minha tarefa prendeu-se, maioritariamente, com a realização de projeções das demonstrações financeiras da empresa em causa até 2032. Para isto foi necessário analisar os balanços, as demonstrações de resultados por natureza e as demonstrações de fluxos de caixa de 2015 a 2019 e, também, efetuar o cálculo de indicadores financeiros relevantes, designadamente, a autonomia financeira, a solvabilidade, a liquidez, a

rendibilidade, entre outros. Após esta análise, foi necessário estabelecer pressupostos que ditariam a evolução pretendida para a empresa para os próximos anos (de 2021 a 2032) e, depois, fazer projeções para todas as demonstrações financeiras já referidas tendo em conta essas estimativas.

3.2.3. Solicitação, Receção, Organização e Arquivo dos documentos contabilísticos
Particpei no processo de solicitar, receber, organizar e arquivar os documentos contabilísticos dos clientes, sendo estes recebidos tanto em papel como em formato digital.

Até ao quinto dia de cada mês são solicitados aos clientes, preferencialmente via *e-mail*, os documentos referentes ao mês anterior. Quando recebidos, estes documentos, são organizados e arquivados nas respetivas pastas dos clientes, sendo que cada cliente tem a(s) sua(s) própria(s) pasta(s), divididas por meses e por diários.

Na fase de organização dos documentos, para, posteriormente, serem arquivados, é necessário ter em atenção: (1) o tipo de documento a arquivar, visto que, por vezes, os clientes enviam alguns documentos que não apresentam relevância para a contabilidade, como é o caso de guias de remessa ou de transporte; (2) o período (mês e ano) a que os documentos fazem referência; e (3) o diário a que, devido à sua natureza, dizem respeito os documentos.

Na *Numeraris*, o arquivo dos documentos relevantes para o registo contabilístico é feito em cinco diários: Caixa, Fornecedores, Operações Diversas, Salários e Vendas, todos organizados por ordem alfabética de fornecedor e, depois, por data de emissão. O Diário de Caixa inclui todas as despesas das empresas pagas em dinheiro da caixa. O Diário de Fornecedores é composto pelas faturas de compras relevantes à atividade desenvolvida pelo cliente. O Diário de Operações Diversas inclui todas as faturas que não estão diretamente ligadas à atividade do cliente, assim como, as entradas (depósitos, transferências bancárias de clientes, e *etc.*) e as saídas (pagamentos com cartões de débito ou crédito e por transferência bancária, contribuições para a SS, e *etc.*) do banco. O Diário de Salários engloba as despesas da empresa com os seus trabalhadores, nomeadamente, o pagamento de impostos. Por fim, o Diário de Vendas é composto pelas faturas, faturas-recibo e notas de crédito do cliente, que correspondem a todas as vendas de produtos ou prestações de serviços que o cliente promoveu.

Na fase de arquivo, após o registo dos documentos (*vide texto infra*), os documentos são organizados por mês de acordo com os diários supracitados, por ordem decrescente de lançamento, em pastas/*dossiers*, sendo que cada cliente tem o(s) seu(s) *dossier(s)*.

3.2.4. Registo dos documentos contabilísticos

Após a etapa de organização dos documentos procedi ao lançamento dos mesmos no *software TOConline*², podendo este processo ser feito manualmente ou automaticamente.

De forma manual, para se efetuar um novo registo, no ecrã de lançamento, deve seleccionar-se “Novo”, depois definir o “Diário” e o “Tipo de Documento” a registar, inserir/verificar as datas “de Documento” e “de Lançamento” e proceder ao registo contabilístico, inserindo as contas a debitar e a creditar, tendo em consideração o Plano de Contas do SNC, e o valor a débito e a crédito, devendo estes dois ser iguais. É também necessário ter em consideração, o código³ do IVA a aplicar, visto que a taxa aplicável é variável, segundo o artigo 18º do CIVA, e que existem operações isentas deste imposto, como regulamentado no artigo 9º do mesmo diploma. Posteriormente, clica-se em “Finalizar” o registo, para que este fique contabilizado no sistema.

No que toca a lançamentos automáticos, estes são possíveis devido à integração dos diferentes diários à contabilidade. Assim, no *TOConline*, no menu “Contabilidade”, no submenu “Contabilização”, através das opções “Sugestões” de vendas, de salários, entre outros, são sugeridos automaticamente lançamentos sempre que é emitido algum documento de vendas ou processado um salário, porque o *TOConline* tem também estas funcionalidades. Caso estas funcionalidades do *software* não sejam utilizadas é necessário importar o ficheiro SAF-T. Já no caso das “Sugestões de Compras”, é

² “O *TOConline* é um Sistema de Gestão Online para Profissionais Liberais e Pequenas e Médias Empresas desenvolvido para auxiliar os Contabilistas Certificados e simplificar as tarefas dos Empresários. Lançado em Janeiro de 2013, o *TOConline* é já a ferramenta de gestão quotidiana de mais de 100.000 empresas e de 12.000 de Contabilistas Certificados.

O *TOConline* é um sistema de faturação eletrónica certificado pela Autoridade Tributária, com o Certificado n.º 1662/AT, de 21-12-2012. A Contabilidade *TOConline* foi um dos primeiros programas de Contabilidade Certificados pela Autoridade Tributária com o selo SVAT em 06/02/2018.”

In <https://manual.TOConline.pt/support/solutions/articles/3000103332-o-que-%C3%A9-o-TOConline->, acedido em 30 de maio de 2021.

³ Denominação dada pelo *TOConline* à tabela pré-configurada com as situações mais relevantes de aplicabilidade do IVA, permitindo automatizar a movimentação da conta de IVA e o preenchimento das declarações (OCC, 2019).

necessário ter os documentos no respetivo menu, através da funcionalidade *e-Fatura*, também disponível no *TOConline*. Contudo estes lançamentos automatizados tratam-se apenas de sugestões que devem ser validados e finalizados.

3.2.5. Reconciliação bancária

Também tive a oportunidade de realizar reconciliações bancárias, numa base mensal, de modo a existir controlo interno.

Esta tarefa, basicamente, corresponde a uma comparação entre os extratos das contas registadas na contabilidade e os extratos bancários, com o objetivo de verificar se as transações registadas na contabilidade correspondem às reais entradas e saídas do banco, devendo o saldo do banco na contabilidade ser o mesmo do extrato bancário. Caso não se verifique esta concordância, as operações divergentes devem ser assinaladas para se poder fazer uma verificação do motivo da discrepância e, posteriormente, proceder à sua correção.

3.2.6. SAF-T

Participei na tarefa mensal de comunicação da faturação à AT através do ficheiro SAF-T (do inglês *Standart Audit File for Tax Purposes*).

A criação deste documento modelo de auditoria tributária está prevista no n.º 8 do artigo 115º do CIRC, aprovado pelo DL n.º 442-B/88, de 30 de novembro, sendo obrigatória e devendo abranger a informação constante nos sistemas de faturação e de contabilidade. Trata-se de um “*ficheiro normalizado com o objetivo de permitir exportação fácil, e em qualquer altura, de um conjunto predefinido de registos contabilísticos, de faturação de documentos de transporte e recibos emitidos, num formato legível e comum, independentemente do programa utilizado, sem afetar a estrutura interna da base de dados do programa ou a sua funcionalidade.*”⁴.

⁴ In https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/SAFT_PT/Paginas/news-saf-t-pt.aspx acedido em 02 de junho de 2021.

3.3. Atividades de Caráter Fiscal

3.3.1. Declaração Periódica do IVA

Auxiliei, igualmente, na entrega da Declaração Periódica do IVA, numa primeira fase fazendo os lançamentos, e numa segunda fase através da simulação da declaração e respetiva análise e entrega.

Pela alínea c) do n.º 1 do artigo 29º do CIVA, os sujeitos passivos⁵ são obrigados a enviar “*uma declaração relativa às operações efetuadas no exercício da sua atividade (...), com a indicação do imposto devido ou do crédito existente e dos elementos que serviam de base ao respetivo cálculo*” mensalmente, para os sujeitos passivos com volume de negócios superior a 650.000,00€, ou trimestralmente, para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 650.000,00€, como disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 41º do CIVA, respetivamente.

Na *Numeraris* aplica-se o disposto do, anteriormente referido, artigo 41º, n.º 1, alínea b), sendo os sujeitos passivos abrangidos pelo IVA trimestral, devendo esta declaração ser “*enviada por transmissão eletrónica (...) até ao dia 15 do 2º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações*”, isto é, a declaração correspondente ao primeiro trimestre do ano civil (meses de janeiro, fevereiro e março) pode ser enviada até dia 15 de maio.

O preenchimento da declaração inicia-se com o apuramento do IVA, que é feito automaticamente pelo *software TOConline*, desde que, no momento da contabilização, todos os campos tenham sido devidamente preenchidos, tendo em consideração os códigos de IVA aplicáveis a cada lançamento. De seguida, confirmam-se os lançamentos e os valores que estão a ser incluídos na declaração e, caso esteja tudo correto, passa-se à fase seguinte, que é a criação da declaração.

Para criar a Declaração Periódica do IVA, deve ir-se ao menu “Contabilidade”, selecionar a opção “Declarações” no submenu “Relatórios” e clicar em “Declaração Periódica” e, de seguida, em “Criar Declaração” e selecionar o período a que a declaração diz respeito e o prazo desta. Depois de criada confirmam-se novamente os campos preenchidos automaticamente pelo *software*, procede-se às alterações necessárias, valida-se e submete-se a declaração, tudo no *TOConline*. No caso de haver imposto a recuperar é ainda dada a opção de solicitar reembolso ou reportar o excesso.

⁵ Vide artigo 2º do CIVA: Incidência subjetiva.

3.3.2. Declaração do Modelo 22 do IRC

Também a nível fiscal, auxiliiei na entrega da Declaração do Modelo 22 do IRC através do lançamento, simulação e respetiva análise e entrega.

Segundo o disposto no artigo 117º, n.º 1, alínea b) do CIRC, “*Os sujeitos passivos⁶ de IRC (...) são obrigados a apresentar (...) declaração periódica de rendimentos*”, que, completando com o n.º 1 do artigo 120º do mesmo diploma, “*deve ser enviada, anualmente, por transmissão eletrónica de dados, até ao último dia do mês de maio*”, excluindo-se desta obrigação, segundo o n.º6 do artigo 117º do CIRC “*as entidades isentas ao abrigo do artigo 9º*” e “*as entidades que apenas auferiram rendimentos não sujeitos a IRC*”, assim como, pelo n.º 8 do mesmo artigo, “*as entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português e que neste território apenas auferiram rendimentos isentos ou sujeitos a retenção na fonte a título definitivo*”.

Do mesmo modo que acontece com a Declaração Periódica do IVA, a Declaração do Modelo 22 do IRC é pré-preenchida pelo *TOCOnline*. Para isso é necessário, previamente, proceder à configuração das contas aos respetivos campos da declaração, de modo a que a coerência do preenchimento automático seja elevada. Concluído este passo, para criar a Declaração do Modelo 22 do IRC no *software* do *TOCOnline*, deve ir-se ao menu “Contabilidade”, selecionar a opção “Declarações” no submenu “Relatórios” e clicar em “Modelo 22” e, de seguida, clicar em “Criar Declaração” e escolher o tipo de declaração a gerar. É também possível adicionar anexos, caso tal se verifique necessário. À exceção do anexo A, do anexo F e do anexo do AIMI, todos são preenchidos automaticamente.

3.4. Atividades de Caráter Organizacional

3.4.1. Inscrição de Funcionários

Durante o período do estágio fui responsável pela inscrição dos novos trabalhadores no *TOCOnline*, na SS Direta e no FCT de várias empresas. Tratava-se de um procedimento básico, em que necessitava apenas de ter em minha posse os dados pessoais dos trabalhadores a inscrever e as credenciais da entidade em causa para aceder às respetivas plataformas.

⁶ Vide artigo 2º do CIRC: Sujeitos Passivos

3.4.2. Relatório Único

Ainda no âmbito dos Recursos Humanos, realizei o preenchimento e a entrega do Relatório Único no portal do próprio relatório.

Este relatório está regulado na Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, e diz respeito, segundo o n.º 1 da respetiva portaria, ao conteúdo e prazo de entrega da informação sobre a atividade social da empresa. O RU é uma obrigação anual que deve ser entregue de 16 de março a 15 de abril do ano seguinte àquele a que respeita, contudo no ano de 2020 e de 2021, devido aos constrangimentos da pandemia da COVID-19, o prazo foi prorrogado, sendo a entrega do Relatório Único de 2020 possível de 16 de abril a 30 de setembro de 2021.

Para o preenchimento deste relatório é necessário um *software* próprio que pode ser descarregado do sítio na *internet* do Relatório Único e onde temos que, posteriormente, importar um ficheiro retirado do *TOConline*, que faz um pré-preenchimento, devendo ainda ser verificados e guardados todos os dados e, seguidamente, feita a sua entrega.

4. Análise Crítica do Estágio Curricular

No que toca aos estágios curriculares na sua generalidade, penso que estes constituem uma mais-valia para a conclusão do percurso académico, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, assim como, para os inserir no mercado de trabalho. Foram estes os motivos, como já anteriormente referi, que me fizeram tomar a decisão de realizar um Estágio Curricular.

Quanto ao estágio realizado na *Numeraris*, este teve, particularmente, vários contornos positivos como o facto de a equipa ser bastante coesa e, na minha opinião, funcionar bem em conjunto, o que facilitou o meu contacto com a contabilidade e, simultaneamente, a minha aprendizagem. Desde o início que houve uma grande preocupação com a minha integração na empresa e na aplicação e desenvolvimento dos meus conhecimentos ao longo do estágio, para que todos os objetivos pré-definidos fossem alcançados. Foi neste sentido que realizei integralmente algumas das atividades supracitadas e que participei em todas elas.

Relativamente aos contornos negativos que possam ter existido, penso que posso realçar a minha falta de experiência no próprio meio e, nomeadamente, no uso dos *softwares*, o que constituiu um entrave à aprendizagem, sendo que, assim, algumas tarefas se

desenvolveram mais devagar do que seria esperado. É também de realçar que a situação pandémica que o mundo atravessa integra estes aspetos menos positivos, visto que os primeiros três meses de estágio foram integralmente desenvolvidos à distância, o que, também, retardou um pouco a aplicação do plano de estágio.

No geral, considero que os aspetos positivos do estágio superaram os negativos, o que representa, assim, um balanço positivo do mesmo, tanto para mim, como estagiária, como para a entidade de acolhimento. Para mim foi, sem dúvida, uma aprendizagem constante e bastante positiva, onde desenvolvi o meu espírito crítico, sentido de responsabilidade e trabalho em equipa e, para a entidade de acolhimento, penso que terei sido uma boa ajuda no desenvolvimento de todas as tarefas nas quais participei.

Parte II – Enquadramento Teórico e Revisão da Literatura

5. A Qualidade de Informação Financeira e a Dependência Bancária

Como já foi referido, a *Numeraris*, e todos os seus clientes, são PME, assim como, em Portugal, a grande maioria das empresas também o são. Estas têm um papel muito importante na economia do país e, conseqüentemente, no crescimento e desenvolvimento deste. Apesar da sua reconhecida importância, estas empresas destacam-se também por terem uma fraca participação no mercado de capitais, tendo, assim, dificuldades acrescidas no acesso a financiamento e recorrendo, maioritariamente, a empréstimos bancários, desenvolvendo, neste sentido, uma relação de maior proximidade com a banca.

5.1.As PME

5.1.1. A Definição de PME

As PME são o motor da economia europeia, dinamizando a criação de emprego e o crescimento económico, e assegurando a estabilidade social. Dada esta importância das PME na Europa, um dos objetivos da Comissão Europeia é promover o empreendedorismo e melhorar o ambiente empresarial para estas empresas, nomeadamente através de benefícios fiscais, dando-se, assim, a necessidade de criar uma definição que as distinga das grandes empresas, impedindo que estas últimas tenham acesso às mesmas regalias (Comissão Europeia, 2015).

A legislação portuguesa prevê dois conceitos principais de PME, um acerca dos critérios a cumprir para efeitos da determinação do normativo contabilístico a adotar (e candidatar-se a determinados benefícios fiscais) e outro relativo aos apoios estatais a usufruir. Embora não tenham sofrido alterações nos últimos anos, estes dois conceitos continuam a suscitar algumas dúvidas (Chotas, 2020).

O conceito de PME aplicado, exclusivamente, pelo IAPMEI, nos termos do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, remete-nos, segundo o artigo 2º deste diploma, à definição de PME, conceitos e critérios, previstos na Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio. Já o conceito para aplicação do normativo contabilístico, NC-ME e NC-PE, está presente no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC e revogou o POC.

5.1.1.1. Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio

A definição presente na Recomendação 2003/361/CE debruça-se sob a dimensão das empresas e as suas parcerias ou associações, tendo assim em conta, não só o número de efetivos e os limiares financeiros, como também as relações das empresas em causa com outras, o que lhes pode dar acesso a recursos financeiros adicionais.

O processo de identificação de uma empresa, como uma PME, divide-se em algumas etapas. Primeiro, é necessário que a entidade em causa seja considerada como uma empresa. De seguida, verificam-se o número de efetivos e o volume de negócios anual ou o balanço total anual da mesma. Por último, deve determinar-se se se trata de uma empresa autónoma, parceira ou associada, para ser possível calcular, efetivamente, os dados da etapa anterior (Comissão Europeia, 2015).

No que toca à segunda etapa do reconhecimento de uma PME, devem verificar-se alguns critérios quanto ao número de efetivos e aos limiares financeiros, conforme disposto no n.º 1 do artigo 2º da mesma Recomendação, *”1. A categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.”*

No artigo suprarreferido constata-se a necessidade de cumprimento de dois critérios, sendo um deles obrigatório, o número de efetivos, e o outro opcional, entre o volume de negócios anual e o balanço total anual. No caso deste último critério, que pode ser escolhido entre duas opções, não existe necessidade de se verificarem os dois limiares, podendo o limite ser excedido numa das opções e a entidade ser considerada PME, desde que na opção escolhida o limiar esteja dentro do disposto no n.º 1 do artigo 2º da Recomendação. Esta definição, dando opção de escolha, garante que as PME que exerçam diferentes atividades económicas sejam tratadas equitativamente (Comissão Europeia, 2015).

O descrito no n.º 1 do artigo 2º da Recomendação 2003/361/CE é a exposição de critérios necessários para que uma empresa seja considerada PME, ou seja, dentro do critério que foi anteriormente referido, cabem as micro, pequenas e médias empresas, sendo ainda possível definirem-se os critérios que permitem identificar uma empresa como micro ou pequena. Estes limiares encontram-se nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2º (Ver Anexo 3).

Ainda na segunda etapa de identificação de uma PME é necessário ter em conta o que é abrangido pelos critérios acima mencionados, ou seja, como calcular o número de efetivos e o volume de negócios anual ou o balanço total anual. Os dados a considerar para estes cálculos encontram-se no n.º1 do artigo 4º da Recomendação 2003/361/CE: *“Os dados considerados para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros são os do último exercício contabilístico encerrado, calculados numa base anual. Os dados são tidos em conta a partir da data de encerramento das contas. O montante do volume de negócios considerado é calculado com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e de outros impostos indiretos.”*. Sendo assim, o volume de negócios é o total das receitas que a entidade recebeu através das vendas, subtraído das reduções sobre as vendas e excluídos de IVA e o balanço total anual é o valor dos ativos da empresa (Comissão Europeia, 2015).

É ainda importante referir que uma recomendação não é vinculativa, representando apenas orientações políticas adaptadas a cada país da UE. A aplicação da Recomendação 2003/361/CE é voluntária, mas a CE, o BEI e o FEI sugerem que os Estados-Membros a apliquem o mais amplamente possível (Comissão Europeia, 2015).

5.1.1.2. Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho

A categoria de PME, para efeitos contabilísticos, deve ser aferida tendo em conta o disposto no DL n.º 158/2009, com redação do DL n.º 98/2015, de 2 de junho, de forma a definir qual o normativo a aplicar: para pequenas entidades ou microentidades (Chotas, 2020).

Microentidades, segundo o disposto neste diploma, são aquelas que, à data do balanço, cumpram dois dos seguintes critérios: total do balanço de 350 mil euros, volume de negócios líquido de 700 mil euros e número de empregados não superior a 10. Já as pequenas entidades são aquelas que não são classificadas como microentidades e que, à data do balanço, cumpram dois dos seguintes requisitos: total do balanço de 4 milhões de euros, volume de negócios líquido de 8 milhões de euros e número de trabalhadores não superior a 50. As médias entidades são as que, não se enquadrando nos limites anteriores, não ultrapassem dois dos seguintes limites: total do balanço de 20 milhões de euros, volume de negócios líquido de 40 milhões de euros e número de funcionários não superior a 250 (Ver Anexo 4). Por último as grandes entidades são aquelas que ultrapassam dois dos três requisitos definidos para as médias entidades (Chotas, 2020).

5.1.2. A Importância das PME

As PME têm tido, desde sempre, um papel importante na economia global, independentemente das diferenças estruturais que, de país para país, estas apresentem. É incontornável o facto de que estas empresas dão um grande contributo para a economia mundial, sendo consideradas como a força motriz da economia (Keskin e Şentürk, 2010 e Keskin *et al.*, 2010).

Generalizando, pode dizer-se que, em cada país, cerca de 99% das empresas são PME e estas constituem entre 40 a 80% dos postos de trabalho e entre 30 a 70% do PNB. Estes dados demonstram a superioridade das PME em relação às grandes empresas, estando também a liderar na posição do melhoramento das indústrias e das tecnologias (Keskin *et al.*, 2010). Em Portugal, no ano de 2019, as PME constituíam 99,9% da totalidade das empresas portuguesas (sendo que 96,1% destas PME eram microempresas), empregavam 77,4% dos trabalhadores do país e tinham um volume de negócios que correspondia a 56,5% do total gerado no país⁷.

A união de países da Europa Ocidental, com livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais, tinha como um dos seus objetivos ser uma potência mundial. Neste sentido as PME, empresas que empregam a grande maioria da mão-de-obra e representam a maior parte do volume de negócios da UE, são consideradas cruciais para o desenvolvimento competitivo da Europa (Mulhern, 1995).

As PME são a fonte de materiais, ideias, processos e serviços que as grandes empresas não têm capacidade ou não querem desenvolver, visto que estas últimas aproveitam as vantagens das economias de escala e implementam políticas de fabrico de longos períodos de tempo, para o mesmo produto, o que nas PME não se verifica e lhes confere maior elasticidade estrutural (Keskin *et al.*, 2010).

As PME são especialmente importantes nas economias em desenvolvimento porque, por um lado, são um programa eficaz anti-pobreza e, por outro, porque se tratam de empresas relevantes para o crescimento sustentável e para a inovação dos países, contribuindo, assim, para um ambiente economicamente estável e para o desenvolvimento da economia (Keskin *et al.*, 2010).

A relevância das PME na economia não se verifica apenas em países em desenvolvimento, verificando-se também em países desenvolvidos e industrializados.

⁷ In <https://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Empresas+e+Pessoal-4>, acedido em 10 de junho de 2021.

Nestes tem-se verificado, inclusive, ao longo dos anos, um maior interesse em apoiar as PME através de políticas para a criação de emprego, de políticas de formação, entre outras, com o objetivo de gerar mudanças positivas na produção, nas vendas e na gestão destas empresas (Keskin *et al.*, 2010).

A eficiência da mão de obra e a eficácia financeira (rendibilidade) são importantes na determinação da posição económica das PME. A primeira está relacionada com redução de custo, aumento da oferta de bens e serviços mais baratos, e mercado mais dinâmico, o que culmina num maior poder de compra para a sociedade e num aumento da riqueza e das capacidades competitivas. A segunda, por sua vez, constitui a base de avaliação para a acumulação de capital dos seus detentores, expressa a função do objetivo da empresa e permite identificar fatores de capacidade para criar valor para os proprietários das empresas (Gołaś, 2011). Contudo, segundo o estudo efetuado por este autor, estes indicadores apresentam níveis muito baixos no geral, concluindo, assim, que para desenvolver estas áreas é necessário investir nelas sistematicamente, o que se torna difícil para estas empresas, visto que estas não têm muito acesso a verbas para alocar a estes fins.

Independentemente do nível de crescimento da economia de um país, como foi anteriormente demonstrado, as PME são a base da ordem económica e social de todos os países. E, estando cada vez mais cientes da elasticidade característica destas empresas e da sua capacidade de se adaptar a mudanças sociais e económicas, há cada vez mais incentivos e apoios disponíveis para estas aumentarem a sua capacidade competitiva e tecnológica (Keskin *et al.*, 2010).

5.1.3. Vantagens e Desvantagens das PME

Segundo Schumacher (1973), as PME têm, desde os anos sessenta do século XX, sido bastante populares em todo o mundo. Esta popularidade deve-se ao facto de estas empresas apresentarem algumas vantagens, sob as grandes empresas, tais como, uma estrutura mais competitiva e mais eficiente, uma maior facilidade em acompanhar os avanços tecnológicos, um método de trabalho pouco monótono, uma maior capacidade de criar emprego e mais resistência a crises económicas. A resistência a crises é facilmente explicável pelo facto de as PME necessitarem de menos investimento, tanto a nível da gama de produtos, como da produção, relativamente às grandes empresas, e, assim, conseguem mais facilmente sustentar a sua atividade com menos produtos e

menor produção do que as grandes empresas e ser menos afetadas pelas variações negativas do mercado (Kaya e Alpkın, 2012).

Estando, muitas vezes, no fim da cadeia produtiva, com contacto direto com o consumidor final, as PME observam o mercado a olho nu, tendo assim uma melhor perceção daquilo que os clientes necessitam, uma mais estreita relação com os trabalhadores e uma maior elasticidade em termos de fabrico, comercialização e serviço, que lhes permite ultrapassar obstáculos com mais facilidade e menos danos (Yılmaz, 2004 *apud* Keskin e Şentürk, 2010, e Kaya e Alpkın, 2012).

Ainda de acordo com Yılmaz (2004), as grandes vantagens das PME estendem-se também à capacidade de equilibrar as receitas, à tomada de decisões mais célere, à criação de iniciativa privada, à expansão de produção e industrialização do país, e ao aumento direto da qualidade de vida das famílias (*apud* Keskin e Şentürk, 2010). Pode ainda salientar-se que os custos com pessoal e com investimento são reduzidos e isto trata-se, também, de uma mais-valia. Segundo Kaya e Alpkın (2012), esta redução de custos explica-se pelo facto de o gestor da empresa ser o responsável por variadas tarefas, tais como, recursos humanos, produção, *marketing*, entre outras, o que reduz o número de funcionários necessários. Outro fator que também explica a redução de custos é a existência de uma grande oferta de apoios especialmente criados e direcionados para o financiamento das PME, fatores estes que condicionam a gestão, tornando-a mais simples e fácil (Kaya e Alpkın, 2012).

No que toca a desvantagens, estas estão, normalmente, relacionadas com falhas de gestão, pouca participação dos trabalhadores nas decisões, baixa contratação de especialistas financeiros e de consultores, pouco capital para investimentos e fraco planeamento, assim como, deficiência no desenvolvimento de produtos e na coordenação entre produção e vendas, uso insuficiente de apoios financeiros provenientes de instituições bancárias, e grande risco de rutura financeira e de perda de independência (Keskin e Şentürk, 2010).

Também Kaya e Alpkın (2012) apontam como menos-valia a fraca capacidade das PME recrutarem trabalhadores com qualificações, o que, entre outras justificações, se prende com o facto de o nível de produção não justificar a sua contratação, o que condiciona também o desempenho destas empresas a nível de I&D. Estes autores apontam ainda o facto de as decisões serem tomadas emocionalmente, o que prejudica o negócio

5.1.4. Apoios para PME

Ainda que as PME tenham menos acesso a recursos financeiros do que as grandes empresas, estas, por outro lado, beneficiam também de uma vasta rede de opções de financiamento.

As PME, não só podem obter financiamento externo, como também podem obter podem obter financiamento interno através dos lucros, da venda de ativos, dos prazos de pagamento alargados, da redução de capital de giro e das contas a receber. Quanto aos apoios externos, estas empresas podem recorrer aos proprietários da empresa, aos familiares e amigos, aos bancos, às instituições financeiras, aos fornecedores, aos créditos comerciais, a *business angels*, *factoring*, *leasing*, *venture capital*, *crowdfunding*, governo, entre outros (Abbasi *et al.*, 2017).

Segundo Demary *et al.* (2016), o grupo de empresas considerado como PME, que muitos pensam ser homogéneo, não o é. Este varia tendo em conta o país, o setor, a dimensão, a capacidade de inovação, o potencial de crescimento, e *etc.* Moritz *et al.* (2016) desenvolveram um estudo que demonstrou que, apesar de o financiamento não ser idêntico para todas as PME da Europa, podem encontrar-se alguns fatores em comum. No estudo destes autores, as PME foram divididas em seis grupos de financiamento: (1) financiamento misto, em que as empresas recorrem a todos os tipos de financiamento disponíveis, sendo estas empresas inovadoras, com dimensão pequena ou média; (2) financiamento público, onde são financiadas pelo Estado, dependendo maioritariamente de subsídios do governo, tendendo a ser pequenas ou médias empresas com perspectivas de crescimento; (3) financiamento da dívida, são empresas mais antigas que recorrem a empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo e, também, a créditos comerciais; (4) financiamento da dívida flexível, onde se financiam através de dívida mais flexível e tendem a ser micro empresas e mais antigas; (5) financiamento pelo comércio, dependendo dos fornecedores para financiar as operações, sendo empresas pequenas e mais recentes; e, por último, (6) financiamento interno, abrangendo empresas com baixas perspectivas de crescimento, que se financiam através dos seus lucros.

Apesar de terem à sua disposição um amplo conjunto de opções de financiamento, as PME continuam a ter menos opções do que as grandes empresas, nomeadamente, no que concerne ao apoio externo, dependendo assim de um número reduzido de instituições financeiras (Wagenvoort, 2003).

Uma das soluções existentes para as PME terem acesso a financiamento são os apoios públicos. A UE presta este apoio através dos cinco Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEL), que constituem mais de metade das verbas disponíveis (Comissão Europeia, 2016), e deverão contribuir para a melhoria das condições de financiamento das PME na União Europeia.

Uma outra forma de financiamento são os *business angels*, que são normalmente investidores que optam por investir em PME e representam um papel vital no seu crescimento (Abbasi *et al.*, 2017). Segundo os mesmos autores, também o *factoring* é um mecanismo de financiamento a curto prazo, benéfico para as PME, permitindo-lhes crescer rapidamente e melhorar os seus *cash flows*, a sua produtividade e a sua rentabilidade. As PME podem ainda recorrer ao *leasing*, que difere dos empréstimos visto não haver dinheiro entregue ao locatário, mas sim um ativo (Abbasi *et al.*, 2017). Através de *venture capital* as PME também podem ter acesso a financiamento, neste caso, realizado por investidores que atuam como intermediário e fonte de financiamento não bancário (Abbasi *et al.*, 2017).

Segundo Mangas (2020), o Sistema Nacional de Garantia Mútua opera como facilitador no acesso ao crédito bancário, para as PME, sendo que as garantias mútuas são apoios, que prestam garantias com o objetivo de beneficiar as PME na obtenção de créditos para o desenvolvimento empresarial (Mangas, 2020), constituindo assim soluções suplementares, que permitem às empresas ter acesso a financiamento bancário, mesmo quando os requisitos necessários para a sua obtenção não estão reunidos (Martín-García e Santor, 2019).

Segundo Andreas (2019), a forma mais comum de financiamento nas PME é o crédito bancário, através de empréstimos, linhas de crédito, cartões de crédito, entre outros. Estes empréstimos são cedidos às empresas de acordo com a credibilidade destas, fator que pode dificultar o acesso das PME a este tipo de financiamento, visto que a percentagem de cessão de créditos aumenta tendo em conta vários fatores, como a dimensão das empresas e, conseqüentemente, a sua transparência a nível de informação que as grandes empresas dispõem mais comumente do que as PME (Andreas, 2019).

5.2.A Qualidade de Informação Financeira e a Dependência Bancária

5.2.1. A Dependência Bancária

Como foi referido anteriormente, as PME têm à sua disposição várias fontes de financiamento, contudo, e devido às suas características organizacionais e às suas estratégias de negócio, que, normalmente, não são disponibilizadas publicamente, o mercado de capitais é uma opção pouco utilizada para estas empresas, que, em grande parte, dependem dos financiamentos bancários (Kaya, 2014).

Segundo os dados do BACH – Bank for the Accounts of Companies Harmonized⁸, a percentagem de financiamentos bancários nos ativos totais das empresas é inversamente proporcional à sua dimensão (Kaya, 2014). Por outro lado, nos países em que as empresas mais necessitam de empréstimos bancários, têm também mais dificuldade em aceder a eles, o que se deve ao facto de não terem lucros elevados (Silva e Braga, 2014). No estudo de Silva e Braga (2014) concluiu-se que as empresas com volume de negócios e resultados operacionais positivos obtêm maior montante em crédito, assim como, as empresas que apresentam liquidez positiva.

A organização administrativa e financeira das PME é informal e, na sua maioria, coloca o proprietário como peça central de gestão e, neste sentido, a avaliação do risco real deste tipo de empresas é feita através do relacionamento bancário (Matias, 2009).

A relação existente entre uma instituição bancária e uma PME é considerada importante para o financiamento destas empresas, sendo possível verificar, através de estudos anteriores, que a rendibilidade das PME é maior se estas estiverem relacionadas com bancos (Silva e Braga, 2014). Empiricamente, a relação entre a banca e as empresas tem sido medida com recurso a vários indicadores, sendo um dos mais utilizados a duração dessa relação. A relevância desta variável prende-se com o facto de relacionamentos mais longos poderem trazer benefícios, tais como taxas de juro mais reduzidas, visto que à medida que as empresas vão demonstrando que os seus projetos de investimento são concluídos, podem vir a usufruir de melhores condições de financiamento (Silva e Braga, 2014), segundo Mulhern (1995), as pequenas empresas tendem a pedir empréstimos com taxas, até dois pontos percentuais, mais baixas do que as grandes empresas.

⁸ A BACH é uma base de dados de acesso gratuito que contém informação contabilística anual harmonizada sobre as empresas não financeiras de 12 países europeus (Portugal, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Polónia e República Checa). *In* <https://www.bportugal.pt/page/bach> acedido em 26 de Junho de 2021.

Outra variável a ter em consideração é o número de bancos com que cada empresa se relaciona, sendo que há estudos que concluem que a relacionamentos exclusivos estão associadas taxas de juro mais baixas e maiores disponibilidades de crédito bancário, ou seja, relações bancárias concentradas reduzem a incerteza dos empréstimos (Silva e Braga, 2014), concluindo que a melhor opção para uma PME é estabelecer ligação com apenas um banco, sendo que, desta forma, o banco minimiza os custos de monitorização e a relação entre ambos é reforçada. A adição de bancos resulta em concorrência, o que pode gerar uma duplicação de esforços e partilha de benefícios de monitorização (Hernandez-Canovas e Martinez-Solano, 2010). Quando uma empresa se relaciona com apenas um banco a relação tem mais profundidade e a assimetria de informação diminui (Voordeckers e Steijvers, 2006), contudo, ter relação com apenas um banco também pode ser prejudicial, do ponto de vista em que o banco pode exercer o poder de monopólio, tornando mais difícil negociar dívidas, e pode assim aplicar, no futuro, prémios de risco elevados, principalmente às empresas com maior sucesso, e, verifica-se também que é difícil para as PME conseguirem mudar de banco, devido à transmissão de informação com credibilidade. Assim, Hernandez-Canovas e Martinez-Solano (2010) acabaram por concluir que, apesar de todas as vantagens e desvantagens da relação das PME com mais do que um banco, é melhor uma empresa relacionar-se com vários bancos, visto que destas relações decorre uma redução do custo do financiamento bancário devido a uma redução das taxas de juro.

A relação entre bancos e empresas é baseada em confiança e esta adquire-se através de experiências positivas que ocorrem entre os dois intervenientes, deste modo, a forma mais segura de estabelecer uma relação sólida é através da realização de pequenos contratos que permitam avaliar periodicamente os riscos (Matias, 2009). Esta confiança gera também outros efeitos positivos, como a redução da assimetria de informação, que é a melhor estratégia para facilitar o acesso das PME ao financiamento, ao invés do estabelecimento de relações mais longas (Hernandez-Canovas e Martinez-Solano, 2010). A troca de informações entre a empresa e o banco constitui o maior benefício na relação entre as duas entidades, beneficiando ambas, uma melhor informação acerca da posição financeira de uma empresa reflete-se na redução de assimetrias de informação (Silva e Braga, 2014). Por sua vez, a duração da relação entre as PME e os bancos é um fator importante, pois é com o tempo que os bancos vão tendo acesso a mais informações acerca das empresas e vão conhecendo as capacidades das mesmas para

cumprir as obrigações, o que também implica a realização de algumas cedências por parte do banco (Matias, 2009). Por norma à medida que a duração deste relacionamento PME-banco aumenta, as taxas de juro tendem a diminuir, e a precisão dos bancos na previsão do comportamento das empresas e dos seus lucros aumenta.

Em Portugal, onde, como já foi referido, a maioria das empresas são PME, e estas se financiam através de crédito bancário, segundo Martins e Moreira (2008) as relações entre a banca e as empresas tendem a ser de curta duração, o que implica a renovação dos empréstimos em curso. Moreira (2006) concluiu que, em Portugal, o contexto económico e legal é caracterizado (1) pela existência de um forte alinhamento entre a propriedade e a gestão, ou seja, a maioria das empresas é gerida pelos proprietários e não é afetada por problemas de agência; (2) pelo facto de as empresas levantarem os seus fundos financeiros diretamente dos bancos e não haver restrições de *debt covenants*; e (3) o ambiente legal é estruturado com base em códigos e existe um forte alinhamento entre contabilidade e fiscalidade, o que faz com que a contabilidade seja percecionada como uma obrigação que apoia a coleta de imposto sobre os lucros e não como uma ferramenta de gestão ou meio de comunicação com o exterior. Deste modo, na atividade de reporte financeiro, as PME tendem a ser influenciadas por dois tipos de incentivo, contraditórios entre si: por um lado, a pressão de melhorar o relato financeiro para permitir uma avaliação mais adequada por parte dos financiadores, e, por outro lado, a pressão para minimizar o valor a pagar de imposto sobre o rendimento, que deteriora a qualidade da informação financeira.

5.2.2. A Qualidade de Informação Financeira

Segundo Moreira e Martins (2008), a QIF é uma expressão que pode ser dividida em duas partes. Em primeiro lugar, a informação financeira, que se considera ser toda a informação quantificada e expressa em unidades monetárias que as empresas divulgam através das suas demonstrações financeiras, em conformidade com um conjunto de normas contabilísticas, sendo os resultados contabilísticos reconhecidos como uma síntese de toda essa informação. Neste sentido, o estudo sobre QIF funde-se com o estudo sobre a qualidade dos resultados, acabando por se considerar que o estudo da qualidade dos resultados é uma síntese da QIF. Em segundo lugar, no que toca à qualidade, já não é possível encontrar uma definição direta, pois o normativo existente descreve pressupostos, princípios e regras que orientam o processo contabilístico, mas

não definem especificamente qualidade, afirmando apenas que o objetivo primordial da informação divulgada é ter utilidade para a tomada de decisão.

Tendo em conta o trabalho realizado por Pimentel (2006), o conceito de QIF pode ser dividido em seis dimensões, de seguida aprofundadas, sendo elas:

- O conteúdo informativo dos resultados;
- A informação sobre o perfil de risco da empresa e a ação de gestão;
- O grau de conservadorismo;
- A variabilidade dos resultados;
- O conteúdo monetário dos resultados;
- A persistência dos resultados.

5.2.2.1. O conteúdo informativo dos resultados

Entende-se como conteúdo informativo dos resultados a qualidade da informação que os indicadores contabilísticos cedem ao mercado de capitais acerca das verdadeiras condições económicas das empresas.

A QIF está associada com a “qualidade de valoração”, o que significa que resultados com maior qualidade são mais valorizados pelo mercado de capitais, ou seja, a mesma unidade monetária será mais apreciada em resultados com alta qualidade do que naqueles com baixa qualidade, o que se manifesta, também, nos preços das ações, tendo, respetivamente, uma repercussão mais forte e mais fraca nas cotações das ações (González, 1998 *apud* Pimentel, 2006).

De outra perspetiva, tem-se que a relevância e a fiabilidade de um resultado nem sempre andam a par, sendo que a primeira tem como componentes a tempestividade e a materialidade, e que a segunda apenas se verifica se a informação nas demonstrações financeiras for isenta de erros materiais e de enviesamentos e representar, com rigor, a realidade dos acontecimentos. Neste sentido, dá-se que um resultado contabilístico possui um conjunto de atributos qualitativos, que implicam que a perceção de um utilizador sobre estes possa ser superior ou inferior aos termos quantitativos representados.

A maior parte da literatura contabilística utiliza o conceito de qualidade, anteriormente referido, para avaliar a utilidade da informação contabilística, incluindo os resultados, sendo que estes últimos possuem um conteúdo informativo relevante; por outro lado, vários estudos indicam também que nem sempre estes resultados contabilísticos estão

alinhados com o rendimento da empresa, o que se deve, entre vários fatores, ao facto de, segundo Hayn (1995) citado por Pimentel (2006), (1) os resultados não refletirem com veracidade os factos económicos subjacentes; (2) os resultados conterem componentes transitórias valorativamente irrelevantes; (3) a seriação dos resultados não ser evidenciada nas análises a dados seccionais; (4) especificações vistas como medida dos resultados aparentarem ter efeito nos valores do coeficiente de resposta ao resultado; (5) resultados negativos serem tomados como temporários; e (6) a opção de liquidação influenciar negativamente a relação entre rendibilidade e resultados contabilísticos.

5.2.2.2.A informação sobre o perfil de risco da empresa e a ação de gestão

Vários autores relacionam a QIF à qualidade das práticas contabilísticas das empresas e à quantidade de informação partilhada através das demonstrações financeiras, sendo que são estas que influenciam a utilidade da informação para os utilizadores.

Estudos como o de Levitt (1998, *apud* Pimentel, 2006) defendem que a qualidade e a quantidade da informação financeira são inversamente relacionadas e que quando uma aumenta a outra diminui. Bernard e Schipper (1994, *apud* Pimentel, 2006) sugerem que independentemente de as práticas de divulgação terem qualidade, a qualidade dos resultados mede-se de acordo com a previsibilidade dos mesmos, ou seja, os resultados têm qualidade quando é possível prever os resultados futuros com base nos resultados correntes.

Posto isto, as práticas contabilísticas de boa qualidade são aquelas que se baseiam nos princípios e normas contabilísticas aceites, de forma a que, ano após ano, os resultados sejam consistentes. Esta perspetiva está inevitavelmente relacionada com métodos contabilísticos conservadores, que são os que minimizam os resultados das empresas e que não tendem a ser otimistas (Pimentel, 2006).

Por outro lado, para os analistas financeiros, a QIF pode ser avaliada tendo em conta o peso relativo do fluxo de tesouraria nos resultados, o peso dos itens recorrentes e não recorrentes e a variabilidade dos resultados. Nestas situações uma baixa qualidade de resultados pode dever-se a transações de risco elevado com tratamento contabilístico subjetivo, pois, mesmo aplicando os princípios contabilísticos, existem práticas de gestão de resultados que, devido ao julgamento aplicado a cada situação, podem pôr em risco a integridade do relato financeiro.

Existem muitos exemplos de ações de gestão empresarial que podem influenciar a QIF e, de acordo com Ayres (1994, *apud* Pimentel, 2006), os resultados suavizados tendem a

apresentar um conteúdo informativo mais baixo e, por esse motivo, são de baixa qualidade. Vários fatores podem afetar a percepção de qualidade dos resultados e estes variam de acordo com o setor e as circunstâncias em que cada empresa opera. Alguns fatores relacionados com uma elevada qualidade dos resultados são os relacionados com fluxos de tesouraria e com a aplicação consistente dos princípios contabilísticos, já os indicadores de baixa qualidade estão relacionados com a sobrevalorização das existências, com práticas de amortização mais baixas, entre outros.

5.2.2.3.O grau de conservadorismo

O conservadorismo foi definido por Bliss (1994, *apud* Pimentel, 2006) como “não antecipar os ganhos, mas antecipar todas as perdas”, ou seja, é uma reação prudente à incerteza (FASB, 1980), refletindo-a nos resultados através da incorporação das perdas antecipadas nos resultados correntes e o registo dos ganhos apenas quando realizados.

Segundo Licerán-Gutiérrez e Cano-Rodríguez (2018), a literatura contabilística distingue o conservadorismo entre conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional. O primeiro é a tendência de requerer mais verificação no reconhecimento de ganhos do que de perdas, o que está positivamente relacionado com a qualidade dos resultados porque favorece a redução dos problemas de sobreinvestimento. O segundo refere-se à escolha entre valores mais baixos ou mais elevados do que o esperado na estimação dos ativos ou do volume de negócios sob incerteza e está associado com uma qualidade de resultados mais baixa, sendo que há estudos que demonstram que este tipo de conservadorismo conduz a investimentos ineficientes e pode favorecer a manipulação de resultados.

Os indicadores utilizados para avaliar o conservadorismo condicional são de vários tipos, podendo destacar-se um conceito desenvolvido por Basu (1997, *apud* Licerán-Gutiérrez e Cano-Rodríguez, 2018) onde as condições para reconhecer ganhos são mais exigentes do que as para reconhecer perdas, o que indica que as perdas serão mais recorrentes do que os ganhos, o mesmo autor conseguiu estimar que a correlação entre perdas e QIF é superior do que a correlação entre ganhos e QIF. Ball e Shivakumar (2005, *apud* Licerán-Gutiérrez e Cano-Rodríguez, 2018) criaram uma alternativa ao conceito anterior, baseada na assimetria de correlação entre *accruals* e fluxos de caixa, onde uma diminuição dos fluxos de caixa no período corrente está associada a uma diminuição dos fluxos de caixa esperados no futuro. Estas diminuições devem ser reconhecidas através dos *accruals*, resultando numa associação positiva entre fluxos de caixa correntes e *accruals*.

O conservadorismo incondicional não é tão predominante na literatura, destacando-se três estudos empíricos: rácio *market-to-book*, acumulação negativa de *accruals* e a existência de reservas ocultas (Licerán-Gutiérrez e Cano-Rodríguez, 2018).

5.2.2.4.A variabilidade dos resultados

Para um resultado ter qualidade, este deve, como já foi referido, ser um bom indicador dos resultados futuros e deve, neste sentido, apresentar uma baixa variabilidade. Contudo, segundo González (1998, *apud* Pimentel, 2006), esta previsibilidade que os resultados devem apresentar não deve ser confundida com um alisamento artificial dos resultados, sendo importante verificar se essa estabilidade se deve a uma manipulação dos resultados ou a decisões acertadas de gestão.

Vários autores citados por Pimentel (2006) realizaram estudos onde relacionaram a variabilidade com a facilidade de previsão dos resultados e concluíram que a qualidade dos resultados depende da estabilidade e tendência de crescimentos dos mesmos. Uma das características fundamentais da qualidade dos resultados é a ausência de variabilidade, pois qualquer elemento que afete a estabilidade está a ter um efeito negativo sobre a qualidade, visto que impede a previsão dos resultados futuros.

5.2.2.5.O conteúdo monetário dos resultados

Vários autores citados por Pimentel (2006) consideram o conteúdo monetário como um indicador da QIF, estando estes positivamente correlacionados, pois quanto mais próximo um resultado estiver de refletir os fluxos de caixa, maior será o valor atribuído a este mesmo resultado. Neste sentido, Klein e Todd (1993, *apud* Pimentel, 2006), referem que quanto maior for o conteúdo monetário de um resultado mais informações acerca de dividendos futuros este fornece.

Por outro lado, Bernard e Stober (1989, *apud* Pimentel, 2006), apontam que o conteúdo monetário dos resultados é um fator a ter em conta também do ponto de vista da manipulação dos resultados. Isto deve-se, maioritariamente, às diferenças entre a componente *accruals* e a componente fluxos de caixa, sendo que a primeira é menos persistente e está mais sujeita a manipulações, ou seja, é mais subjetiva, apresenta uma menor valoração por parte do mercado do que a segunda componente. Apesar da sua subjetividade, os investidores, sistematicamente, tomam decisões de investimento com base nos *accruals*, o que está associado a reduções sistemáticas dos resultados futuros (Sloan, 1996, citado por Pimentel, 2006).

Esta baixa persistência encontrada nos *accruals* pode ser atribuída a um erro de estimação dos mesmos, segundo Xie (2001), Dechow e Dichev (2002) e Richardson *et al.* (2005), citados por Pimentel (2006), ou a um efeito de crescimento mais geral e a fatores de crescimento específicos, segundo os trabalhos de Fairfield *et al.* (2003) e Cooper *et al.* (2005), citados por Pimentel (2006). Xie (2001, *apud* Pimentel, 2006) decomps os *accruals* em dois tipos: normais ou não discricionários e anormais ou discricionários, através do modelo de Jones (1991) modificado. Conseguiu, assim, demonstrar que a baixa persistência da componente *accrual* pertence ao tipo de *accruals* discricionários, o que se deve a distorções contabilísticas resultantes de manipulações dos resultados.

5.2.2.6.A persistência dos resultados

Segundo o conceito de Miller e Rock (1985), citado por Pimentel (2006), a persistência dos resultados é um efeito induzido pelos resultados de um período sobre as previsões dos resultados nos períodos seguintes.

A permanência dos resultados é um indicador da sua qualidade, sendo que esta representa que o resultado irá perdurar ao longo dos períodos, o que lhes confere estabilidade e, conseqüentemente, menos variabilidade, conduzindo assim a uma maior QIF, pois facilita a sua previsão. Verifica-se ainda que quanto maior for a componente da permanência dos resultados, maior será a sua qualidade (Pimentel, 2006).

A componente permanente de um resultado induz modificações nas expectativas sobre resultados futuros, sendo que se esta componente for baixa não se espera que os resultados correntes tenham influência nos futuros. A medida destas expectativas é a persistência, o que demonstra que a permanência dos resultados pode ser definida como uma *proxy* da persistência, esperando-se que quando maior for a primeira, maior será a segunda.

5.2.3. Influência da Dependência Bancária na Qualidade da Informação Financeira

Segundo Henriques e Brás (2013), o relacionamento bancário entre bancos e empresas define-se como a capacidade de os bancos obterem informação sobre os seus clientes e de a utilizarem nas decisões de crédito. Esta relação existente entre as empresas e a banca tem implicações na qualidade da informação contabilístico-financeira divulgada pelas empresas (Martins e Moreira, 2008).

Como anteriormente já foi referido, a principal fonte de crédito das PME são as instituições bancárias e, tendo em conta a importância que o crédito bancário tem para as empresas, é previsível que estas procurem satisfazer os requisitos que o financiador impõe, de modo a potenciar uma resposta positiva aos pedidos de financiamento. Neste sentido, verifica-se ainda que quanto maior for a necessidade de uma empresa ter acesso a financiamento, maior será a sua predisposição para satisfazer os requisitos de acesso (Martins e Moreira, 2008).

Nestes requisitos impostos pelas instituições bancárias encontra-se, como é natural, a disponibilização de informação contabilístico-financeira, através das demonstrações financeiras, de modo a dar a conhecer a situação económica das empresas. Vários estudos demonstram que a QIF está positivamente relacionada com a concessão de empréstimos bancários, ou seja, espera-se que quanto melhor for a qualidade dos resultados das empresas mais facilmente lhes seja concedido um crédito (Martins e Moreira, 2008).

No estudo de Fischinger (2017) verifica-se que existe uma relação positiva entre uma elevada qualidade dos resultados e o acesso a financiamento externo, sendo as empresas, através da divulgação de informação contabilística mais fidedigna, capazes de diminuir as assimetrias de informação, facilitando, assim, a avaliação do risco e beneficiando de um acesso mais direto ao financiamento. A divulgação de informação contabilística com qualidade reduz as barreiras ao financiamento, tanto para as empresas privadas, como para as públicas. Com este estudo de Fischinger (2017) foi possível concluir que a relação entre concessão de crédito e QIF é mais pronunciada nos países europeus com sistemas legais mais fracos, o que pode ser explicado pelo facto de, nestes países, a manipulação de resultados ser frequente, o que diminui a qualidade dos resultados e que, por sua vez, permite às empresas com uma maior qualidade de resultados beneficiar desta lacuna.

Palazuelos *et al.* (2018) chegaram à conclusão que a qualidade dos resultados contabilísticos de empresas com auditor afeta positiva e diretamente a disponibilidade de conceder créditos por parte dos financiadores, o que indica que os credores têm uma melhor perceção da QIF quando esta é auditada, o que reduz as assimetrias de informação e aumenta a probabilidade de as empresas receberem financiamento. Nos casos de PME sem auditores, estes autores notaram um aumento na importância dada à honestidade e à confiança no relacionamento entre a banca e as empresas. Isto também

demonstra que as empresas auditadas conseguem transmitir honestidade e qualidade nos seus resultados apenas pelo facto de estes serem analisados por um auditor independente e que, por outro lado, em empresas com resultados não auditados, a qualidade dos resultados não é tão relevante por si só e que a disponibilidade dos financiadores para conceder créditos é afetada pela sua própria perceção em relação à PME.

O estudo de Beltrame *et al.* (2017) conclui que o custo de dívida para as empresas aumenta quando a informação que estas disponibilizam é de risco, sendo que a manipulação de resultados por parte dos gestores reduz a qualidade dos *accruals* e pode ter influência num aumento das taxas de juros dos empréstimos. Segundo Houcine e Houcine (2020), as empresas com uma melhor qualidade dos resultados apresentam uma diminuição no custo da dívida, o que demonstra que um empréstimo baseado no relacionamento entre o banco e a empresa não substitui o importante papel que a informação financeira tem na redução de assimetrias de informação.

A informação contabilística ganhou muito poder sob a tomada de decisão à concessão de créditos bancários desde que o papel desempenhado pelo gerente bancário local nesta atividade começou a ser transferido para os departamentos de risco, que se focam mais nas informações provenientes das demonstrações financeiras do que nas informações de cariz mais pessoal (Martins e Moreira, 2008).

Normalmente, quando um banco concede um crédito a uma empresa, essa relação tende a prolongar-se no tempo, sendo que o primeiro, constantemente, verifica a situação financeira da segunda. O que faz com que, por sua parte, a empresa sinta pressão a prestar informação financeira de qualidade para que se consiga manter a relação estabelecida (Martins e Moreira, 2008).

Segundo Henriques e Brás (2013), a análise quantitativa efetuada às PME, através das demonstrações financeiras, principalmente através da Demonstração de Resultados e do Balanço, é fundamental para a avaliação do crédito, sendo que a informação que é auditada revela ter maior peso, já a informação qualitativa, que se adquire ao decorrer de um longo relacionamento entre o banco e a empresa, tem peso nulo na concessão de crédito.

Parte III – Estudo Empírico

6. Metodologia

A partir do anteriormente exposto, foi possível verificar a importância que as instituições bancárias têm na vida das PME e que a qualidade da informação financeira tem uma grande influência na cedência de créditos, por parte dos bancos às PME. Nesse sentido, no presente capítulo, desenvolve-se a hipótese de investigação deste pequeno estudo empírico e apresenta-se o modelo de análise, que permite efetuar o seu estudo, assim como, a seleção e descrição da amostra utilizada. Importa referir que esta pequena análise empírica tem como base o trabalho desenvolvido por Martins e Moreira (2008).

6.1. Desenvolvimento da Hipótese de Investigação

Como foi possível verificar no capítulo anterior, as PME, aquando da preparação das suas demonstrações financeiras, enfrentam duas grandes questões, que são, entre si, contraditórias. A primeira destas, é a construção das demonstrações financeiras de forma a reduzir o imposto sobre o rendimento, através da diminuição do valor dos resultados. A segunda, prende-se com demonstrar ter uma situação financeira minimamente atrativa do ponto de vista da concessão de crédito bancário.

Como é natural, a construção de demonstrações financeiras com o objetivo de reduzir o volume de imposto a pagar trata-se de uma distorção destas, o que piora a sua qualidade. Por outro lado, a necessidade de as empresas terem que demonstrar uma situação financeira real para a obtenção de créditos bancários, limita um pouco a manipulação das demonstrações financeiras. No estudo realizado por Burgstahler *et al.* (2006) *apud* Martins e Moreira (2008), verificou-se que, nos países em que a relação existente entre a contabilidade e a fiscalidade é mais estreita, as empresas tendem a efetuar mais manipulações aos resultados, contudo, no mesmo estudo, verificou-se, também, que o escrutínio que o mercado de capitais exerce sobre as empresas cotadas afeta negativamente a manipulação de resultados, isto é, as empresas cotadas apresentam informação com maior qualidade do que as não cotadas.

Seguindo a mesma lógica, espera-se que as empresas não cotadas sejam também alvo de algum escrutínio por parte das instituições bancárias. Antes de concederem créditos, é natural que os agentes financiadores investiguem a situação financeira da empresa em causa, o seu desempenho, e *etc.*. Depois, é com base nestas informações que os agentes recolhem acerca das empresas, que tomam decisões, sendo de esperar que se a

qualidade dessa informação for fraca os agentes financiadores não estejam dispostos a investir nestas empresas, e, por conseguinte, é de esperar que as empresas com maior necessidade de financiamento bancário se sintam dispostas a fornecer informação financeira com maior qualidade (Martins e Moreira, 2008).

A perceção referida anteriormente é, assim, expressa numa questão de investigação:

H1: A Qualidade da Informação Financeira das PME portuguesas está diretamente relacionada com a respetiva dependência face ao sistema bancário.

6.2.Operacionalização de “Qualidade de Informação Financeira”

Na literatura encontram-se várias metodologias para medir a QIF, mas, tendo em consideração a natureza da base de dados utilizada para este estudo e o facto de esta ter uma profundidade de apenas dez anos, o modelo de Jones (1991) é uma referência importante, e a escolhida como mais acertada, para a realização deste estudo (Martins e Moreira, 2008).

6.2.1. Modelo de estimação dos *accruals* discricionários

Segundo Jones (1991) qualquer manipulação contabilística dos custos ou dos proveitos não pode ser feita sem que sejam deixados indícios de tal alteração e sem que sejam alterados os *cash flows* ou os *accruals* (ou ambos) no resultado contabilístico. Estudos anteriores demonstraram que é mais fácil alterar rubricas contabilísticas que não alterem os *cash flows*, pelo que se deve procurar os vestígios da manipulação na componente dos *accruals*.

No modelo de Jones (1991) procuram-se os indícios de manipulação através da separação do volume dos *accruals* totais (TA) em duas partes: uma que corresponde à componente normal, ou seja, aos *accruals* considerados normais para a atividade da empresa (NAC); e, outra, que é a diferença entre os TA e os NAC, denominada de *accruals* discricionários (DAC), que é o sinal da existência de manipulação dos resultados, podendo estes ser positivos, quando influenciam positivamente os resultados reportados, ou negativos, caso contrário.

$$DAC_{it} = TA_{it} - NAC_{it} \Leftrightarrow TA_{it} = NAC_{it} + DAC_{it}$$

Correspondendo a manipulação dos dados a uma diminuição da QIF, quando maior for a dimensão absoluta dos DAC, menor tenderá a ser essa qualidade.

Martins e Moreira (2008) construíram o modelo de estimação para os NAC tendo em conta o modelo de Jones (1991) e o estudo, posterior a este modelo, realizado por Young (1999). Jones estimou os NAC a partir de variáveis económicas que explicam o nível de TA: (1) a variação do volume de negócios, que reflete a atividade corrente da empresa; e (2) o imobilizado corpóreo, que explica as amortizações e depreciações constantes dos *accruals*. Contudo, Young concluiu que considerar as amortizações tende a deteriorar a qualidade das estimativas dos NAC, visto que se trata de uma componente demasiado visível para ser alvo de manipulação. Neste sentido, Martins e Moreira (2008) não consideraram as amortizações no seu modelo e definiram-no como:

$$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} = \beta_1 + \beta_2 \left[\frac{1}{A_{it-1}} \right] + \beta_3 \left[\frac{\Delta REV_{it}}{A_{it-1}} \right] + \varepsilon_{it}$$

em que,

TA_{it} = *Accruals* Totais deduzidos das Amortizações e Depreciações no ano t para a empresa i , definidos como a variação do Fundo de Maneio = (Ativo Circulante – Depósitos e Caixa) – (Passivo Circulante – Dívida Financeira de curto prazo – Imposto sobre o Rendimento do Exercício);

ΔREV_{it} = variação do Volume de Negócios do ano t relativamente ao ano anterior;

A_{it-1} = Ativo Total no ano $t-1$;

ε_{it} = erro de estimação;

i, t = índices da empresa e do ano, respetivamente.

Ao contrário do modelo original de Jones (1991), estimado em *time series*, esta variante, que incorpora um termo independente, é estimada em *cross section*, por ano e por indústria, o que tem a vantagem de não depender da existência de séries temporais com mínimo de dimensão.

As estimativas setoriais β_1 , β_2 e β_3 proporcionadas pelo modelo são aplicadas aos valores concretos observados por cada empresa, obtendo-se uma estimativa dos NAC. De seguida, por diferença para os TA, obtêm-se os DAC, que, no caso, são os resíduos (ε_{it}) da equação ($DAC_{it} = TA_{it} - NAC_{it} = \varepsilon_{it}$).

6.3. Modelo de Análise

Antes da apresentação do modelo, importa relembrar a grande questão deste estudo. Espera-se que se verifique uma relação positiva entre a QIF e a dependência bancária das empresas, sendo a variável anteriormente apresentada como DAC a usada para explicar o comportamento da QIF. Para medir essa dependência usa-se a dimensão da dívida financeira de curto prazo e não a dívida financeira total, por uma questão operacional e, também, porque, em Portugal, ao nível das PME, o endividamento bancário é maioritariamente de curto prazo, pelo que não se espera que a qualidade do estudo seja afetada por esta opção.

Como seria de prever, há mais determinantes que influenciam a QIF e que são relevantes para este estudo e, por esse motivo, é importante considerá-los. Um deles trata-se da relação entre a banca e as empresas, logo o número de bancos com que cada empresa se relaciona é de considerar, contudo, na literatura, não existem evidências que permitam antecipar o sinal desta relação, pelo que este sinal fica em aberto. A existência de auditor nas empresas é, também, vista como um controlo da QIF, atuando como intimidador às manipulações de resultados, sendo assim, justifica-se a sua inclusão neste modelo e espera-se que contribua positivamente para a QIF. Outra variável tida como importante, e bastante usada na literatura, é a dimensão da empresa, que impacta diretamente a organização e a estrutura de uma empresa, considerando-se, então, que empresas de maior dimensão têm uma maior especialização de serviços, incluindo da contabilidade, o que leva a crer que, quanto maior for a dimensão da empresa, mais qualidade tende a ter a informação financeira da mesma.

Um outro determinante que poderia influenciar a ação dos gestores e, conseqüentemente, a QIF, são os mecanismos de governo das sociedades, contudo, e como se tratam de PME, e estes mecanismos não se aplicam a estas empresas, esta é uma variável que não será considerada.

É ainda tido em conta um conjunto de variáveis dicotómicas (*dummy*) para o ano e para a indústria, com o objetivo de controlar alguns efeitos derivados destas variáveis.

Neste sentido, o modelo de análise é o seguinte:

$$\begin{aligned} -|DAC_{it}| = & \alpha + \beta_1 DBANC_{it} + \beta_2 AUDITOR_{it} + \beta_3 DIMENSAO_{it} + \beta_4 BANC_{it} \\ & + \sum_{2010}^{2019} \beta_K ANO_t + \sum_{p=1}^{14} \beta_{K+1} CAE_p + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (\text{modelo I})$$

em que,

$-|DAC_{it}|$ = simétrico do valor absoluto dos *Accruals* Discricionários estandardizados pelo Ativo Total (o uso do simétrico prende-se com a relação de sentido positivo entre os DAC e a QIF, de modo a facilitar a leitura da evidência empírica obtida;

$DBANC_{it}$ = Dívida Financeira de curto prazo estandardizada pelo Ativo Total;

$AUDITOR_{it}$ = variável dicotómica que assume valor 1 caso a empresa tenha auditor e 0 caso contrário;

$DIMENSAO_{it}$ = logaritmo natural do Ativo Total;

$BANC_{it}$ = número de bancos com que cada empresa se relaciona;

$\sum_{2010}^{2019} ANO_t$ = conjunto de variáveis dicotómicas que tomam valor 1 se a observação pertence ao ano t e 0 caso contrário;

$\sum_{p=1}^{14} CAE_p$ = conjunto de variáveis dicotómicas que tomam valor 1 se a observação pertence à indústria⁹ p e 0 caso contrário;

ε_{it} = erro de estimação, que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por *OLS*.

O modelo I propõe uma relação linear entre a variável dependente e as variáveis explicativas, sendo aceite pela literatura por se tratar da estimação econométrica que melhor reflete a relação entre variáveis contabilísticas.

6.4. Seleção e Descrição da Amostra

A amostra do presente estudo foi retirada da base de dados SABI¹⁰ e inclui todas as PME portuguesas com contas disponíveis para o período 2010-2019, que não estão cotadas na bolsa, que estão ativas e que tomam a forma jurídica de sociedades por quotas ou anónimas.

⁹ A classificação por indústria segue a Rev. 3 dos códigos de Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (2007), tendo estas sido agregadas de acordo com o disposto na lista de secções do respetivo documento. A tabela que apresenta o número de código por indústria encontra-se no Anexo 5.

¹⁰ A base de dados SABI (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos), pertence à Bureau van Disk, e é a base de dados mais completa de análise financeira de empresas portuguesas e espanholas com histórico de contas anuais até 25 anos. In <https://www.informadb.pt/media/tkudbt2d/brochura-sabi.pdf>, acessado em 28 de outubro de 2021.

Tendo em conta os pressupostos anteriores obteve-se uma amostra com 28.511 empresas, para os dez anos selecionados (2010-2019), o que corresponde a 285.110 observações, como se pode verificar na Tabela 2. Após serem excluídas as empresas sem relação com instituições bancárias, o que foi considerado como “ruído” nos resultados, a amostra ficou reduzida a 153.630 observações. Posteriormente eliminaram-se também as observações de empresas com resultado líquido negativo, tendo resultado numa amostra com 151.360 observações, e, por fim, foram eliminadas as observações com valores em falta, originando uma amostra final com 34.040 observações.

Descrição	Empresas	Total Observações
PME portuguesas com contas disponíveis para o período 2010-2019, não cotadas na bolsa, ativas e com forma jurídica de sociedade por quotas ou anónima	28.511	285.110
Observações após eliminação das que não tinham relações com bancos		153.630
Observações após eliminação das que têm resultado líquido negativo		151.360
Observações após eliminação das que têm dados em falta		34.040

Tabela 2 - Descrição da Amostra

Na Tabela 3 apresentam-se algumas estatísticas descritivas da amostra. Sendo a amostra constituída por PME, é esperado que a maioria das empresas não tenha auditor (o que se verifica, sendo que cerca de 58% não têm auditor).

Em termos da dependência bancária (DBANC), a dívida financeira de curto prazo representa, em média, cerca de 59% do ativo total. Pode ainda constatar-se, pela análise do valor do desvio-padrão, que é bastante elevado, que existem empresas com valores bastante diferentes deste valor médio, o que viabiliza, como se pretende, o estudo desta diversidade de valores da DBANC sobre a QIF.

Quanto aos *accruals*, estes representam 112% do ativo total, e os *accruals* discricionários (DAC) representam, aproximadamente, 0,00002% do ativo total. Apesar de serem valores médios bastante díspares, os valores do desvio-padrão desta amostra revelam que, também, existe bastante dispersão nas grandezas destas variáveis, em relação à sua média, o que significa que haverá empresas com valores de *accruals* e de DAC mais elevados.

Segundo Martins e Moreira (2008), o número médio de bancos com que uma empresa se relaciona (no caso deste pequeno estudo, entre dois e três bancos) é inferior ao obtido

noutros artigos (*e.g.* Ongena e Smith, 1998), o que pode ser explicado pelo facto deste estudo se debruçar apenas sobre PME, ou seja, empresas mais pequenas e não cotadas, o que não acontece nos outros trabalhos.

Variáveis ¹¹	Média	Mediana	Desvio-padrão
<i>ACCRUALS</i>	1,1223	0,3320	13,008
DAC	0,0000002	-0,2948	12,647
DBANC	0,5882	0,1077	12,690
DIMENSAO	3,3706	3,3404	0,579
BANC – n.º de bancos	2,6381	2,0000	1,376
LIQUIDEZ	1,8790	1,5430	1,498
AUDITOR – n.º obs. c/ auditor			14.360
AUDITOR – n.º obs. s/ auditor			19.680

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas da Amostra

Na Tabela 4 temos a matriz de correlação das principais variáveis em análise, verificando-se correlações, em alguns casos, razoáveis e, em outros casos, bastante expressivas. Destaca-se, a correlação entre a dimensão da empresa (DIMENSAO) e o número de bancos (BANC) que é positiva e de grandeza razoável (+ 0,2580); a correlação entre os *accruals* totais (*ACCRUALS*) e a dependência bancária (DBANC) e entre os *accruals* discricionários (DAC) e a DBANC que são correlações positivas e elevadas (respetivamente, + 0,5363 e + 0,5400); e a correlação entre os *ACCRUALS* e os DAC que é positiva e bastante forte (+ 0,9723). Esta última correlação não destoia do que é encontrado noutros estudos (*e.g.* Dechow, Richardson e Tuna, 2003 *apud* Martins e Moreira, 2008), o que pode ser explicado pelo facto de empresas com níveis mais elevados de *accruals* apresentarem níveis mais elevados de DAC, por terem mais facilidade em manipular resultados. Todos os resultados verificados são valores esperados que não se prevê que, de qualquer modo, afetem as conclusões do estudo, visto que efeitos de multicolinearidade que possam haver entre variáveis, tenderão a ser irrelevantes por estas serem variáveis de controlo.

¹¹ Descrição das Variáveis: *ACCRUALS* é a variação de Fundo de Maneio estandardizado pelo Ativo Total do período anterior; DAC é a variação de Fundo de Maneio discricionária, estimada através do Modelo de Jones (1991); DBANC é a dívida financeira de curto prazo estandardizada pelo Ativo Total do período anterior; DIMENSAO é o logaritmo natural do Ativo Total; BANC representa o número de bancos com que cada empresa se relaciona; LIQUIDEZ é o rácio entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

	ACCRUALS	DAC	DBANC	DIMENSAO	BANC	LIQUIDEZ	AUDITOR
ACCRUALS	1						
DAC	0,9723	1					
DBANC	0,5363	0,5400	1				
DIMENSAO	-0,0168	0,0537	-0,0695	1			
BANC	0,0223	0,0378	0,0062	0,2580	1		
LIQUIDEZ	0,0196	0,0245	-0,0181	0,0596	-0,029	1	
AUDITOR	0,0316	0,0523	0,0187	0,4198	0,2446	-0,0251	1

Tabela 4 – Coeficientes de Correlação

As evidências apresentadas anteriormente, através das estatísticas descritivas da amostra, refletem as características que se pretendem para a realização deste pequeno estudo empírico, visto que as empresas da amostra são PME, maioritariamente sem auditor, e com valores de DBANC suficientemente expressivos para analisar o seu efeito na QIF. No capítulo seguinte analisam-se os resultados do modelo descrito.

7. Análise de Resultados

No capítulo anterior apresentou-se a hipótese de investigação e a análise estatística dos dados, neste capítulo analisam-se os resultados obtidos da regressão linear do modelo I, descrito anteriormente.

7.1. Resultados básicos do efeito da “Dependência Bancária”

A Tabela 5 apresenta os resultados de estimação do modelo I. Os resultados obtidos através do modelo econométrico têm subjacente um R^2 ajustado de 31,3%, um poder explicativo para a nossa amostra superior ao valor obtido por Martins e Moreira (2008), que foi de 10,8%. Verifica-se também que nem todas as variáveis apresentam um sinal de acordo com o esperado.

As empresas que se relacionam com mais bancos tendem a divulgar informações com maior qualidade, o que pode ser explicado pelo escrutínio efetuado pelos bancos. Também a dimensão das empresas afeta positivamente a QIF. Já a existência de auditor, ao contrário do estudo realizado por Martins e Moreira (2008), apresenta um sinal oposto ao esperado, contudo, e já de acordo com estes autores, não é uma variável estatisticamente significativa (como outros estudos já verificaram, *e.g.* Martins e Moutinho, 2007).

O coeficiente da variável DBANC, por sua vez, também não apresenta o sinal esperado, mas é estatisticamente significativo. Sendo que é este coeficiente que permite tirar conclusões acerca da hipótese em estudo, verifica-se que, *ceteris paribus*, quanto maior for a dependência bancária, menor será a qualidade da informação financeira, contraditoriamente ao que tinha sido definido como hipótese de partida.

Variável	Sinal Esperado	Coeficiente	P-value	
Termo Independente		-1,34341	0,4488	***
DBANC	+	-0,994824	0,0008	***
AUDITOR	+	-0,169390	0,5486	
DIMENSAO	+	0,0739836	0,5342	**
BANC	?	0,0922592	0,8818	**
R ² ajustado		0,3130	0,00009	

Tabela 5 - Modelo I

O resultado verificado relativamente ao coeficiente de DBANC pode sugerir a rejeição da hipótese de investigação, no entanto, cumpre averiguar a causa deste resultado. Segundo Martins e Moreira (2008), existem três razões principais para o coeficiente ser diferente do esperado: (1) a relação entre a QIF e a dependência bancária não existe nos termos definidos; (2) a variável DBANC (*proxy* de dependência bancária) pode não estar a refletir o efeito de forma correta; ou (3) as empresas não apresentam todas o mesmo tipo de resposta aos incentivos à manipulação de resultados, pois, como já foi referido, empresas mais débeis podem querer disfarçar, junto dos bancos, as suas fragilidades – adotando uma manipulação crescente dos seus resultados –, e empresas com boa saúde financeira podem ser movidas por uma redução do imposto sobre o rendimento a pagar – tomando um comportamento manipulador em sentido descendente –, ou seja, a relação pressuposta poderá não ser linear.

Identificar a causa do resultado obtido no coeficiente DBANC no modelo I passa por fazer testes adicionais, contudo o âmbito deste relatório de estágio não é o de realizar um estudo aprofundado acerca desta temática. Sugere-se, no entanto, para investigações futuras, e para se tentar responder ao problema e encontrar a causa da diferença entre o

sinal obtido e o esperado para o coeficiente DBANC, que se deve começar pela terceira razão indicada, por esta ser a mais abrangente.

Nesse sentido, para testar a terceira razão apresentada anteriormente, e seguindo a metodologia aplicada por Martins e Moreira (2008), a amostra deve ser dividida em dois grupos, de igual dimensão, entre: (1) empresas com elevada dependência bancária; e (2) empresas com baixa dependência bancária; que são definidas, respetivamente, como as empresas com valores acima e valores abaixo da mediana da distribuição da variável DBANC (ver Tabela 3). Deve definir-se, posteriormente, um segundo modelo, semelhante ao modelo I, com uma nova variável d_DBANC , dicotómica, que tome valor 1 no caso de a empresa ter uma DBANC acima da mediana e 0 caso contrário. Com este novo modelo espera-se verificar um maior valor para o R^2 ajustado e a existência de uma relação não linear entre a QIF e a DBANC, com sinais distintos ao longo da distribuição, sugerindo que empresas com diferentes níveis de DBANC apresentam também comportamentos diferentes ao nível da QIF. Ou seja, prevê-se que a QIF das PME portuguesas esteja relacionada com a DBANC, mas não de uma forma linear.

Conclusões

No que toca ao estágio curricular, este desenvolveu-se dentro do previsto e todos os objetivos definidos foram realizados, mesmo em contexto pandémico. A minha falta de experiência e a COVID-19 foram os principais fatores negativos deste estágio, mas, em todos os momentos de dúvidas, estas eram prontamente solucionadas pelas minhas colegas e, nas tarefas menos rotineiras, tinha sempre supervisão. Por outro lado, o ambiente na *Numeraris* foi sempre o melhor, acolhedor e desafiante, onde desenvolvi as atividades sempre com motivação e, não menos importante, onde criei amizades para a vida.

As empresas às quais a *Numeraris* presta serviços, e a própria *Numeraris*, são PME, assim como a maior parte do espectro de empresas portuguesas (cerca de 99,9%), onde se concentra a maioria dos postos de trabalho do país e, também, a maior parte do volume de negócios. Não obstante a sua importância, as PME enfrentam diversas barreiras na obtenção de financiamento, mesmo tendo ao seu dispor várias opções. E é, neste sentido, que recorrem, predominantemente a empréstimos bancários para se financiarem.

Um dos fatores mais apontados para a dificuldade de acesso das PME a fontes de financiamento é a assimetria de informação, fator este que também influencia o acesso a empréstimos bancários. Como solução verificou-se que a relação que as PME estabelecem com as instituições bancárias é fundamental para reduzir as assimetrias, o que é possível através da criação de vínculos de confiança, que se desenvolvem com as experiências positivas.

As instituições bancárias, para concederem acesso a financiamento às PME, requerem, ainda, a satisfação de alguns critérios, dentro deles encontra-se a disponibilização de informação contabilístico-financeira, de modo a conhecer a situação económica das empresas. Neste sentido é expectável que as empresas procurem satisfazer os requisitos dos credores, o que as pode levar à manipulação dos resultados e, assim, consequentemente, a reduzir a qualidade da informação financeira.

É neste sentido que surge esta pequena investigação, inspirada no estudo de Martins e Moreira (2008), com o objetivo de verificar se existe uma relação entre a qualidade da informação financeira prestada pelas empresas e a dependência destas a financiamento

bancário. Posto isto, era esperado que empresas com maior dependência bancária produzissem e divulgassem informação contabilística com mais qualidade.

Para efetuar esta análise foi adotado um procedimento corrente na literatura, decompondo-se os *accruals* totais em *accruals* normais e em *accruals* discricionários como medida da qualidade da informação financeira, tendo sido utilizado o modelo de Jones (1991) para estimar os *accruals* discricionários. De seguida, foi desenvolvido um modelo econométrico com uma *proxy* da dependência bancária, prevendo-se que o coeficiente desta, que era o centro do estudo empírico, fosse positivo e, assim, influenciasse positivamente a qualidade da informação financeira. Contudo, isto não se verificou e o sinal do coeficiente estimado, neste estudo, é negativo, o que permitiu concluir que a relação entre as duas variáveis não é linear.

Não sendo o objetivo deste relatório a realização de um estudo intensivo, mas, apenas, a realização de uma pequena análise, isto torna-se na maior limitação deste trabalho. É, neste sentido, proposta uma nova análise, para trabalhos futuros, através da divisão da amostra entre empresas com elevado nível de dependência bancária e empresas com baixo nível de dependência bancária, no sentido de averiguar, conforme Martins e Moreira (2008) fizeram, se o nível de dependência bancária afeta o nível da qualidade da informação financeira. Esperando-se verificar que, quanto menor for a dependência bancária das empresas, melhor será a qualidade da informação financeira destas e, por outro lado, quanto maior for a dependência bancária, menor será a qualidade da informação financeira.

Referências Bibliográficas

Abbasi, W. A., Wang, Z. e Abbasi, D. A. (2017). Potential Sources of Financing for Small and Medium Enterprises (SMEs) and Role of Government in Supporting SMEs. *Journal of Small Business and Entrepreneurship Development*. Vol. 5, No. 2, pp. 39-47.

Andreas, T. K. (2019). *SMEs and means of financing. The impact of global financial crisis on SMEs in Europe and the role of EU funding programs*. A thesis submitted for the degree of Master of Science (MSc) in Banking and Finance – International Hellenic University.

Beltrame, F., Floreani, J. e Scip, A (2017). Earnings Quality and the Cost of Debt of SMEs. *Financial Markets, SME Financing and Emerging Economies*, pp.21-39.

Chotas, B. (2020). O enquadramento das empresas nos conceitos de PME. *Vida Económica*. 07-08-2020, pp. 18.

Comissão Europeia (2015). Guia do Utilizador relativo à Definição de PME. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, União Europeia.

Comissão Europeia (2016). *Fundos Estruturais e de Investimento Europeus 2014-2020: Texto e Comentários Oficiais*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, União Europeia.

Demary, M., Hornik, J. e Watfe, G. (2016). SME financing in the EU: Moving beyond one-size-fits-all. *Institut der deutschen Wirtschaft*, No. 11/2016.

Fischinger, S. (2017). Earnings Quality and European Companies' Access to Credit. Master's Dissertations submitted to obtain the degree of: Master of Science in Business Economics at Ghent University.

Gołaś, Z. (2011). SME Sector Economic Position in the EU: Insights into Labour Efficiency and Profitability. *Acta Scientiarum Polonorum. Oeconomia*, Vol. 10(3), pp. 25-38.

Henriques, J. P. e Brás, F. A. (2013). Caracterização do Relacionamento Bancário num Contexto de Normas Contabilísticas Internacionais para Pequenas e Médias Empresas: o Caso de Portugal. *Estudos do ISCA. Série IV*, n.º 5.

- Hernandez-Canovas, G. e Martinez-Solano, P. (2010). Relationship lending and SME financing in the continental European bank-based system. *Small Business Economics*, Vol. 34, pp. 465-482.
- Houcine, A. e Houcine W. (2020). Does earnings quality affect the cost of debt in a banking system? Evidence from French listed companies. *Journal of General Management*. Vol. 45 (4), pp. 183-191.
- Jones, J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, Vol. 29, No. 2, pp. 193-228.
- Kaya, O. (2014). SME financing in the euro area: New solutions to na old problema. *Deutsche Bank Research*. October 14, 2014.
- Kaya, S. e Alpkın, L. (2012). Problems and Solution Proposal for SMEs in Turkey. *Emerging Markets Journal*, Vol 2, pp. 30-45.
- Keskin, H. e Şentürk, C. (2010). The Importance of Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs) in Economies: SWOT Analyses of the SME Sector in Turkey and Albania. *Niğde Üniversitesi İİBF Dergisi*. Cilt:3, Sayı:1, s.116-132.
- Keskin, H., Şentürk, C., Sungur, O. E Hakan, M. K. (2010). The Importance of SMEs in Developing Economies. 2nd International Symposium on Sustainable Development. Pp.183-192.
- Licerán-Gutiérrez, A. e Cano-Rodríguez, M. (2018). A Review on the multidimensional analysis of earnings quality. *Revista de Contabilidad Spanish Accounting Review*, 22 (1) 41-60.
- Mangas, N. (2020). Soluções de Financiamento às PME. Obtido em junho 20, 2021 de <https://pmemagazine.sapo.pt/solucoes-de-financiamento-as-pme/>.
- Martín-García, R., Santor, J. M. (2019). Public guarantees: a countercyclical instrument for SME growth. Evidence from the Spanish Region of Madrid. *Small Business Economics*, Vol. 53.
- Martins, O. e Moreira, J. (2008). Endividamento Bancário e a Qualidade da Informação Financeira: um estudo para o caso português. *Working Paper* – Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

- Matias, M. (2009). O relacionamento bancário e o financiamento das PME Uma revisão da literatura. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, vol. 8, núm. 1, abril-, 2009, pp. 21-31 ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa Lisboa, Portugal
- Moreira, J. (2006). Are Financing Needs a Constraint to Earnings Management? Evidence for Portuguese Private Firms. CETE – Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa. Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Moritz, A., Block, J. H. e Heinz, A. (2016). Financing patterns of Europe SMEs – an empirical taxonomy. *Venture Capital*, Vol. 18, No. 2, pp: 115-148.
- Mulhern, Alan (1995). The SME sector in Europe: A broad perspective. *Journal of Small Business Management*. Vol. 33, No. 3, pp. 83-87.
- Ordem dos Contabilistas Certificados (2019). *TOConline*: Contabilidade. OCC.
- Palazuelos, E., Crespo, Á. H. e Corte, J. M. del (2018). Accounting information quality and trust as determinants of credit granting to SMEs: the role of external audit. *Small Business Economics* (2018) 51: 861-877.
- Pimentel, L. M. (2006). A “Aferição” da Qualidade do Resultado Uma Análise para Empresas Cotadas na Euronext-Lisboa. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Economia – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Schumacher, E. F. (1973). *Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*. Harper & Row Publishers, London.
- Silva, A. M. J. N. e Braga, S. M. G. (2014). A Importância do Relacionamento Bancário no Financiamento das PME: Estudo numa Agência Bancário Portuguesa. *Bras. Finanças*, Rio de Janeiro, Vol. 12, No. 3, pp. 291-317.
- Tamo, K. (2006). *Introdução à Gestão das Organizações: Conceitos e Estudos de Casos* (2ª edição). Luanda: Capatê.
- Voordeckers, W. e Steijvers, T. (2006) Business collateral and personal commitments in SME lending, *Journal of Banking & Finance*. Vol. 30, pp. 3067-3086.
- Wagenvoort, R. (2003). Are finance constraints hindering the growth of SMEs in Europe?, *EIB Papers, European Investment Bank (EIB)*. Vol. 8, Iss. 2, pp. 23-50.

Young, S. (1999). Systematic Measurement Error in the Estimation of Discretionary Accruals: An Evaluation of Alternative Modelling Procedures. *Journal of Business Finance and Accounting*. Vol. 26, No. 7/8, pp. 833-862.

Decreto-Lei n.º 102/2008, de 20 de junho, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Diário da República: Série I de 2008-06-20. Acedido em 1 de junho de 2021.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Diário da República n.º 133/2009, Série I de 2009-07-13. Acedido em 10 de outubro de 2021.

Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Diário da República n.º11/2014, Série I de 2014-01-16. Acedido em 1 de junho de 2021.

Recomendação da Comissão 2003/361/CE de 6 de maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Jornal Oficial da União Europeia. Acedido em 30 de maio de 2021.

Anexos

Lista de Anexos

Anexo 1: Calendário Fiscal *Numeraris*

Anexo 2: Glossário presente no *site* da *Numeraris*

Anexo 3: Limiares que determinam a dimensão de uma PME pela Recomendação n.º 2006/361/CE

Anexo 4: Limiares que determinam a dimensão de uma PME pelo Decreto-Lei n.º 158/2009

Anexo 5: Agregação por secções do CAE (Rev. 3)

Anexo 1: Calendário Fiscal *Numeraris*

JANEIRO 2021						
DIA	OBRIGAÇÕES		MODELOS/ FORMULÁRIOS	LOCAL DE ENTREGA	MÉTODO DE PAGAMENTO	NOTAS
11	IRS/ IRC/ Segurança Social	Declaração de rendimentos pagos e de retenções, contribuições sociais e de saúde e quotizações, referentes a dezembro de 2020 (trabalho dependente)	Declaração mensal de remunerações	Portal da Autoridade Tributária	Não Aplicável	
12	IVA	Comunicação dos elementos das faturas referentes a dezembro de 2020	Não Aplicável	Portal da Autoridade Tributária	Não Aplicável	Comunicação deverá ser efetuada: - Por transmissão eletrónica, integrada em programa de Faturação Eletrónica, utilizando o <i>webservice</i> a disponibilizar pela AT; - Através do envio do ficheiro SAF-T (PT) mensal, recorrendo a aplicação disponibilizada no Portal das Finanças; - Por inserção direta no Portal das Finanças
20	IVA	Envio da declaração periódica referente ao mês de novembro de 2020, e anexos, para os contribuintes no regime mensal	Declaração Periódica	Portal da Autoridade Tributária	Internet, Tesouraria de Finanças, CTT/Multibanco, Outras Entidades Cobradoras	Envio de anexos adicionais, em caso de reembolso
20	IRS/ IRC/ Selo	Pagamento do IRC e IRS retidos e do Imposto do Selo referentes a dezembro de 2020	Declaração de retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto do Selo	Portal da Autoridade Tributária	Internet, Tesouraria de Finanças, CTT/ Multibanco, Outras Entidades	

Anexo 2: Glossário presente no *site da Numeraris*

The screenshot shows the Numeraris website's glossary page. The header includes the Numeraris logo and navigation links for 'Serviços', 'Conhecimento', 'Numeraris', and 'Pedir Diagnóstico'. The main heading is 'Glossário Contabilístico e Fiscal'. Below this, there is a list of accounting terms: 'Ajudas de Custo', 'Adiantamentos', 'Ajustamentos de Valor', and 'Amortização'.

In <https://Numeraris.com/academy/glossary>

Anexo 3: Limiares que determinam a dimensão de uma PME pela Recomendação n.º 2006/361/CE

Dimensão	Número de Efetivos	Volume de Negócios Anual	Balanço Total Anual
Micro	< 10	≤ 2 milhões de €	≤ 2 milhões de €
Pequena	< 50	≤ 10 milhões de €	≤ 10 milhões de €
Média	< 250	≤ 50 milhões de €	≤ 43 milhões de €

Anexo 4: Limiares que determinam a dimensão de uma PME pelo Decreto-Lei n.º 158/2009

Dimensão	Número de Efetivos	Volume de Negócios Líquido	Total do Balanço
Micro	≤ 10	≤ 700 mil €	≤ 350 mil €
Pequena	≤ 50	≤ 8 milhões de €	≤ 4 milhões de €
Média	≤ 250	≤ 40 milhões de €	≤ 20 milhões de €

Anexo 5: Agregação por secções do CAE (Rev. 3)

CAE	Secção/Indústria	N.º Obs.	%
1	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústria extrativa	730	2%
2	Indústrias transformadoras (madeira, cortiça, pasta, <i>etc.</i>)	10.660	31%
3	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	370	1%
4	Construção	2.700	8%
5	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos, automóveis e motociclos	13.970	41%
6	Transportes e armazenagem	1.320	4%
7	Alojamento, restauração e similares	650	2%
8	Atividades de informação e de comunicação	580	2%
9	Atividades imobiliárias	360	1%
10	Atividades de consultoria, científicas e técnicas e similares	1.290	4%
11	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	590	2%
12	Educação	170	0,5%
13	Atividades de saúde humana e apoio social	450	1%
14	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas e outras atividades de serviços	200	0,5%
Total		34.040	100%